

# CONSELHO DIRETOR



**Ata da 952ª**

---

**Sessão de 1º/10/2013**

1 **952ª Sessão do Conselho Universitário.** Ata. Ao primeiro dia do mês de  
2 outubro de dois mil e treze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho  
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária  
4 “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr.  
5 João Grandino Rodas e com o comparecimento dos seguintes Senhores  
6 Conselheiros: Helio Nogueira da Cruz, Vahan Agopyan, Marco Antonio Zago,  
7 Maria Arminda do Nascimento Arruda, Telma Maria Tenório Zorn, Sérgio  
8 França Adorno de Abreu, Maria Helena Rolim Capelato, Antonio Magalhães  
9 Gomes Filho, José Rogério Cruz e Tucci, Reinaldo Guerreiro, Fábio Frezatti,  
10 Marcelo de Andrade Roméro, Ana Lúcia Duarte Lanna, Margarida Maria  
11 Krohling Kunsch, Eduardo Henrique S. Monteiro, Lisete Regina Gomes Arelaro,  
12 Sonia Maria Vanzella Castellar, Antonio Carlos Hernandez, Osvaldo Novais de  
13 Oliveira Junior, Renato de Figueiredo Jardim, Alejandro Szanto de Toledo, José  
14 Roberto Cardoso, Lucas Antonio Moscato, Geraldo Roberto Martins da Costa,  
15 Maria do Carmo Calijuri, José Otávio Costa Auler Júnior, Carlos Gilberto  
16 Carlotti Júnior, Marcos Felipe Silva de Sá, Fernando Rei Ornellas, Walter  
17 Ribeiro Terra, Albérico Borges Ferreira da Silva, Antonio Aprigio da Silva  
18 Curvelo, José Carlos Maldonado, Alexandre Nolasco de Carvalho, Flávio Ulhoa  
19 Coelho, Carlos Eduardo Ferreira, Laerte Sodrê Júnior, Fábio Luiz Teixeira  
20 Gonçalves, Valdecir de Assis Janasi, Jorge Kazuo Yamamoto, Terezinha de  
21 Jesus Andreoli Pinto, Fernando Salvador Moreno, Jackson Cioni Bittencourt,  
22 Luiz Roberto Giorgetti de Britto, Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, Welington  
23 Braz Carvalho Delitti, José Vicente Caixeta Filho, Antonio Roque Dechen,  
24 Enrico Lippi Ortolani, José Antonio Visintin, Diná de Almeida Lopes Monteiro da  
25 Cruz, Raquel Rapone Gaidzinski, Silvana Martins Mishima, Fátima Aparecida  
26 Emm Faleiros Sousa, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Léa Assed Bezerra da  
27 Silva, José Carlos Pereira, Luiz Fernando Pegoraro, Rodney Garcia Rocha,  
28 Carlos de Paula Eduardo, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Vera Silvia  
29 Facciolla Paiva, Salvador Airton Gaeta, Fernando Luis Medina Mantelatto,  
30 Pietro Ciancaglini, Carlos Eduardo Negrão, Maria Augusta Peduti Dal’Molin  
31 Kiss, Sérgio de Albuquerque, Suely Vilela, Paulo Antonio de Carvalho Fortes,  
32 Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paulo José do Amaral Sobral, Elisabete Maria  
33 Macedo Viegas, Sigismundo Bialoskorski Neto, Márcio Mattos Borges de  
34 Oliveira, Edson Roberto Leite, Luiz Gonzaga Godoi Trigo, Nei Fernandes de

35 Oliveira Júnior, Domingos Sávio Giordani, Umberto Celli Junior, Guilherme  
36 Adolfo dos Santos Mendes, Maria da Graças Bomfim de Carvalho, Francisco  
37 de Assis Leone, Carlos Alberto Ferreira Martins, Eduvaldo Paulo Sichieri, Maria  
38 Hermínia B. Tavares de Almeida, Amâncio Jorge S. Nunes de Oliveira, Hussam  
39 El Dine Zaher, Antonio Vargas de Oliveira Figueira, Luiz Nunes de Oliveira,  
40 Silvio Burrattino Melhado, Adrián Pablo Fanjul, João Bosco Nunes Romeiro,  
41 Joaquim José de Camargo Engler, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa,  
42 Neli Maria Paschoarelli Wada, Marcello Ferreira dos Santos, Alexandre Pariol  
43 Filho, Raul Santiago Rosa, Stephanie Costa Merino, Carlos Eduardo Batista de  
44 Souto Alves, Filipe Gabriel Soares Pereira Rodrigues, Mariana Queen  
45 Ifeyinwaeze. Nwabasili, Camilo Henrique Fernandes Martin, Carlos Eduardo  
46 Dall'Agata Filho, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Antenor Cerello Júnior, José  
47 Luiz Borges Andreoli, Luiz Gustavo da Cunha Soares, Tomás Costa de  
48 Azevedo Marques, Mariana Nunes de Moura Souza, Phillipe Pessoa de  
49 Santana e Rafael Madureira dos Anjos. Presente, também, o Prof. Dr. Rubens  
50 Beçak, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo  
51 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Giovanni Guido  
52 Cerri, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Silvia Helena de Bortoli Cassiani,  
53 Michel Michaelovitch de Mahiques, Helena Ribeiro, José Jorge Boueri Filho e  
54 Abram Szajman. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Berenice  
55 Bilharino de Mendonça, Ana Maria Pires Setúbal Vanin, Gonzalo Vecina Neto,  
56 Charles Silvério Rosa da Silva, Vivian Valente Petri e Fábio de Salles Meirelles.  
57 Tomaram assento como novos membros: **Diretores**: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das  
58 Graças Bomfim de Carvalho (EEFERP), Prof. Dr. Umberto Celli Junior (FDRP)  
59 e Prof. Dr. Paulo José do Amaral Sobral (FZEA). **Representante de**  
60 **Congregação**: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Maria Vanzella Castellar (FE).  
61 **Representantes discentes de Pós-Graduação**: Sr. Luiz Gustavo da Cunha  
62 Soares (FFLCH), Sr. Tomás Costa de Azevedo Marques (PROLAM), Sr.<sup>a</sup>  
63 Mariana Nunes de Moura Souza (IEE), Sr. Phillipe Pessoa de Santana (IQ) e  
64 Sr. Rafael Madureira dos Anjos (FEARP). Havendo número legal de  
65 Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a sessão, colocando em  
66 discussão e votação a Ata da reunião realizada em 2.7.2013, que, sem  
67 considerações, é aprovada. **M. Reitor**: “Lembro que temos, hoje, um turbilhão  
68 de coisas a fazer, se assim desejarem, obviamente, porque quem aprovará ou

69 não as colocações que serão feitas serão as senhoras e os senhores, de forma  
70 que depende desse Conselho as resoluções a serem feitas. Com exceção da  
71 votação para compor a Congregação da Escola de Engenharia de Lorena, que  
72 é algo imprescindível, o assunto básico e único que será tratado nesta Sessão  
73 é a eleição para reitor e vice-reitor da Universidade de São Paulo. Sei que  
74 temos muitas questões a deliberar, pois a Universidade tem muitos aspectos  
75 positivos e negativos a discutir, entretanto, a Universidade é perene. Digo isso  
76 porque se começarmos a discutir outros assuntos agora, não chegaremos a  
77 resolver o presente. Por outro lado, sabemos que esse tema é um tema que  
78 vem sendo discutido há anos e mesmo na presente administração, já foi  
79 discutido em vários Conselhos Universitários. Portanto, essa é uma tentativa de  
80 verificar se há a possibilidade de aprovar alguma modificação. Digo tentativa,  
81 porque se abre a possibilidade de fazer, mas cabe aos senhores e as senhoras  
82 fazê-lo ou não, pois não podemos nos estender demasiadamente sobre esse  
83 assunto, no momento em que nos encontramos. Dessa forma, como ordenador  
84 desta sessão, diria que a prioridade é discutir e votar a pauta de hoje. Essa é,  
85 realmente, a possibilidade principal, mas se não ocorrer, por alguma razão, o  
86 máximo que farei será a convocação de uma subsequente, para terminarmos.  
87 Se nessa subsequente não se chegar à solução nenhuma, será suspensa a  
88 deliberação e as votações desses assuntos ficarão para próxima  
89 Administração. Todos sabem que estamos discutindo esses assuntos, que são  
90 importantíssimos, neste momento, mas não por decisão unilateral minha,  
91 portanto, a "Cesar o que é de Cesar". É obvio que a sessão pode ser  
92 relativamente estendida, mas por experiências minhas e, assim como as  
93 votações coletivas de tribunais mostram, depois de certas horas de  
94 dedicações, as coisas começam a ficar turbadas até nas mentes mais  
95 brilhantes, que certamente são as dos senhores e das senhoras. Assim, não  
96 podemos fazer com que essa votação se estenda até quando se conclua. Está  
97 nas mãos dos senhores. Temos esta sessão e, no máximo, mais uma." Em  
98 seguida, passa para a **Eleição de 3 (três) Professores Titulares, para**  
99 **compor a Congregação da Escola de Engenharia de Lorena. Cons. Nei**  
100 **Fernandes de Oliveira Junior**: "Passo a informar os nomes que pretendo  
101 encaminhar. O primeiro deles é o Prof. Dr. José Sidnei Colombo Martini, que  
102 vem colaborando há muito tempo como a Escola. É um Professor que, por sua

103 capacidade e pelo seu *curriculum*, é muito importante, por exemplo, nos planos  
104 de implantação do curso de Engenharia Elétrica que temos em progresso. O  
105 segundo é o Prof. Dr. Ildo Luis Sauer, que é extremamente importante para os  
106 projetos atuais da escola, pois estamos implantando um curso de Engenharia  
107 Ambiental e temos um programa de Energia, que vem sendo discutido há  
108 algum tempo, visando não apenas a graduação, mas, também, a pós-  
109 graduação. E, por fim, o Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim, que é o atual  
110 Diretor do Instituto de Física e é egresso da antiga FAENQUIL (Faculdade de  
111 Engenharia Química de Lorena), que é a escola que deu origem a Escola de  
112 Engenharia de Lorena. É um Professor Titular nosso bastante acostumado com  
113 a história e atual situação da Escola de Engenharia de Lorena. Esses são os  
114 três nomes que encaminharia e peço a votação dos senhores.” **M. Reitor:**  
115 “Alguém gostaria de trazer mais nomes ou de se pronunciar sobre algum dos  
116 nomes?” Não havendo mais nenhuma manifestação, passa-se à eleição.  
117 Procedida a apuração dos votos, são eleitos: Prof. Dr. Ildo Luis Sauer = 97  
118 (noventa e sete) votos; Prof. Dr. José Sidnei Colombo Martini = 90 (noventa)  
119 votos e Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim = 91 ( noventa e um) votos;  
120 branco = 34 ( trinta e quatro); nulo = 33 ( trinta e três). Ato seguinte, o **M.**  
121 **Reitor** passa ao **CADERNO I – ALTERAÇÃO DE REGIMENTO GERAL. 1.**  
122 **PROTOCOLADO 2013.5.1501.1.3 – REITORIA DA USP.** Proposta de  
123 alteração do inciso IV do art. 42, inciso I do art. 46, § 1º do art. 151, § 5º do art.  
124 182, § 2º do art. 190 e revogação do art. 247 do Regimento Geral da USP.  
125 Ofício do Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, ao Procurador  
126 Geral da USP, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, solicitando  
127 providências no sentido de que seja efetuada análise jurídico-formal da  
128 proposta de alteração de Regimento Geral encaminhada (04.09.13). **Parecer**  
129 **da PG:** “... Sabe-se que, ao legislador de norma de padrão hierárquico inferior,  
130 é defeso extrapolar os limites estabelecidos pela legislação de hierarquia  
131 superior, razão pela qual a proposta ora em análise mostra-se adequada ao  
132 corrigir eventual descompasso entre o Estatuto (que nada previu) e o  
133 Regimento Geral (que criou hipóteses de votação secreta). Por outro lado, a  
134 proposta não atinge situações em que o sufrágio secreto é previsto (eleições  
135 de dirigentes e representantes de categorias). Resguarda, assim, os  
136 dispositivos Regimentais e Estatutários que preveem o voto secreto nas

137 hipóteses de eleição de representantes de categorias representadas nos  
138 diversos colegiados e na hipótese de eleição de Dirigentes universitários  
139 (Chefe de Departamento, Presidentes de Comissões Permanentes, Diretores,  
140 Reitor) e seus substitutos legais (suplentes ou vices), atenta à melhor tradição  
141 eleitoral brasileira. Da mesma forma, ficam preservadas as eleições por voto  
142 secreto previstas nas demais normas da Universidade, como o Regimento do  
143 Conselho Universitário. No mais, as eventuais Resoluções que prevejam  
144 votações secretas (como pode ser o caso de Regimentos Internos de  
145 Unidades, Museus, Órgãos de Integração ou os Regimentos das Pró-Reitorias)  
146 deverão ser, necessariamente revistos, caso seja aprovada a minuta ora em  
147 análise pelo colendo Conselho Universitário. É bem verdade que, nos termos  
148 do art. 12 das Disposições Transitórias do Regimento Geral, essas normas  
149 eventualmente existentes, deixarão de ser aplicadas, por extrapolarem o  
150 quanto disposto no Estatuto (em sua redação originária) e no Regimento Geral  
151 (em sua eventual e futura redação). Trata-se de fenômeno jurídico da não  
152 recepção, pelo que as normas inferiores ao Estatuto e ao Regimento Geral  
153 seriam tidas como não recepcionadas pela nova ordem jurídica, a ser  
154 eventualmente estabelecida com a aprovação da presente proposta ...”  
155 (11.09.13). **Parecer da CLR**: o Senhor Presidente, Prof. Dr. Francisco de Assis  
156 Leone, aprova, *ad referendum* da Comissão, a proposta de alteração do inciso  
157 IV do art. 42, inciso I do art. 46, § 1º do art. 151, § 5º do art. 182, § 2º do art.  
158 190 e revogação do art. 247 do Regimento Geral da USP, nos termos do  
159 parecer da douta Procuradoria Geral (13.09.13). **Parecer da CLR**: aprova, por  
160 unanimidade, o parecer favorável do Senhor Presidente (24.09.13). **Cons.**  
161 **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu**: (questão de ordem) “Gostaria de  
162 propor a este colegiado uma metodologia para nosso trabalho, porque temos  
163 uma pauta muito sobrecarregada, como já foi dito e seria desejável que  
164 conseguíssemos lograr cumprir toda essa pauta ainda nesta Sessão, pois  
165 várias das questões propostas já foram amplamente discutidas em diferentes  
166 fóruns, nas congregações e associações. Proponho que se faça a  
167 apresentação da proposta e uma manifestação de um argumento favorável e  
168 outra manifestação contra e, em seguida, submetemos à votação. Com isso  
169 ganhamos em termo de economia política do tempo e aumenta a possibilidade  
170 de sairmos daqui com resultados, que é o mais importante nessa Sessão.” **M.**

171 **Reitor:** “Em havendo consenso, seria algo realmente interessante.” **Cons. Raul**  
172 **Santiago Rosa:** “Fico feliz por estarmos discutindo essa democratização hoje,  
173 pois o Brasil passou por esse processo faz algum tempo e, agora, estamos  
174 aqui para fazer o mesmo. Venho apresentar uma questão de ordem de  
175 encaminhamento apenas e, também, tem uma questão de ordem de  
176 apresentação da conjuntura que será feita depois de mim, que é a proposta  
177 que foi encaminhada, protocolada e aceita institucionalmente pelo Diretório  
178 Central dos Estudantes – DCE, por deliberação de nossa categoria, inclusive,  
179 consta no site ‘Democracia USP’. Nossa proposta também contempla a  
180 votação de um Conselho Universitário aberto; essa foi uma questão deliberada  
181 em diversos fóruns nossos. Assim, a proposta é que este Conselho  
182 Universitário em andamento aconteça de maneira aberta a todos. Em nossa  
183 visão esse encaminhamento precede a qualquer uma das votações feitas aqui,  
184 porque a questão de ser aberto ou não tem que ser decidida *a priori*. Nós,  
185 estudantes, queríamos dizer também que essa questão de eleições abertas foi  
186 algo já amplamente debatido em nossos fóruns. Em quinze dias tivemos um  
187 abaixo-assinado com quatro mil assinaturas exigindo diretas. Fizemos,  
188 também, um plebiscito no final do ano passado, no qual cinco mil pessoas  
189 participaram, em sua maioria estudantes, sendo que 92% declararam que são  
190 favoráveis às eleições diretas. Além disso, tivemos outras iniciativas e debates  
191 que, por iniciativa dos estudantes, aconteceram com uma ampla maioria de  
192 pessoas que não estão aqui, infelizmente. É muito complicado debatermos as  
193 eleições e a democratização de nossa Universidade em um Conselho em que  
194 não estão presentes todas as pessoas que discutiram essa questão. Dito isso,  
195 gostaríamos de encaminhar essa proposta, que foi protocolada, que é a  
196 proposta de um Conselho Universitário aberto, acessível a todos.” **M. Reitor:**  
197 “Qual a sua conceituação ou definição de Co aberto, para que possamos  
198 colocar em votação?” **Cons. Raul Santiago Rosa:** “É bem simples. Estamos  
199 em um Conselho Universitário que está acontecendo entre os membros, mas  
200 que é fechado, pois o que estamos discutindo fica apenas entre nós, não sai  
201 dessas portas. Ser aberto é ser público, assim como essa Universidade, que  
202 qualquer um possa participar, assim como podemos assistir qualquer sessão  
203 da Assembleia Legislativa de maneira aberta, imagino que algum de vocês já  
204 devem ter comparecido. Apesar de apenas os parlamentares poderem falar e

205 se colocar, qualquer cidadão pode participar vendo o que está acontecendo de  
206 maneira transparente, essa é nossa definição do que significa aberto.” **M.**  
207 **Reitor:** “Ainda sobre esse assunto, há mais alguma colocação? **Cons. Camilo**  
208 **Henrique F. Martin:** “O que se coloca agora é uma discussão histórica. Vou  
209 complementar o que disse o Cons. Raul sobre a nossa proposta que foi  
210 protocolada oficialmente e consta, inclusive, não completamente nos Cadernos  
211 que temos em mãos, e que depois de muita demora, foi colocada no *site* onde  
212 constam todas as propostas que existem até agora. Ao final de nossa proposta  
213 se tem o seguinte: consideramos indispensável que o Co do dia 1º de outubro  
214 aconteça de maneira aberta a toda a comunidade universitária, atendendo os  
215 critérios mínimos de transparência. Isso tem a ver com um debate histórico de  
216 mais de trinta anos, que envolve professores, funcionários e alunos. Não é um  
217 debate de agora, ele já foi tema de congresso dos funcionários, inclusive do  
218 congresso o ano passado. Foi, também, parte de uma campanha de plebiscito  
219 no ano passado e de sucessivos abaixo-assinados este ano. No mês de junho,  
220 o próprio Reitor da Universidade colocou que era favorável às diretas nessa  
221 Universidade, com 80 anos de atraso, é bem verdade, mas estamos colocando  
222 aqui a discussão sobre o processo de democratização dessa Universidade,  
223 projeto esse tomado pelas mãos da comunidade. Não é possível que se faça a  
224 discussão sobre esse tema a partir do órgão que justamente sintetiza o que há  
225 de mais antidemocrático na Universidade. Porque não há grande parte dos  
226 estudantes e dos funcionários, inclusive, grande parte dos representantes dos  
227 professores. Essa é a realidade que está colocada e é questionada pelo  
228 conjunto da comunidade acadêmica. É por isso que há uma paralização na  
229 Universidade, chamada pelo SINTUSP, pelo DCE e pela APG e, neste  
230 segundo semestre, já temos acompanhado várias mobilizações na EACH, FD,  
231 FAU e FEA, com congregações abertas e com a comunidade participando. Em  
232 nossa opinião - DCE e estudantes-, não é possível que o Conselho se instaure  
233 e debata os projetos colocados e apresentado a cada um dos Conselheiros,  
234 sem que seja aberto este espaço, pois apesar de legal - e ai está o absurdo -,  
235 são completamente ilegítimas as decisões aqui tomadas. A declaração que  
236 queremos não é possível que seja, inclusive, referendado por esse Conselho,  
237 pois não está em questão o próprio Conselho decidir, trata-se de uma questão  
238 que precede este Conselho que é uma síntese da própria estrutura



239 antidemocrática. Temos, de fato, uma proposta que, inclusive, todos os  
240 diretores se mobilizaram para democratizar a universidade, em concordância  
241 com o interesse do Reitor – que falou no G1 que apoiava as diretas. Assim,  
242 nesse processo de discutir a democratização dessa Universidade, a abertura  
243 desse Conselho Universitário é a primeira mostra para o restante da  
244 comunidade. A não abertura significa, categoricamente, que vocês estão, mais  
245 uma vez, fechados e que são apenas pequenas mudanças para, mais uma  
246 vez, não modificar nada na estrutura de poder dessa Universidade.” **Cons. Luiz**  
247 **Gustavo da Cunha Soares**: “Ainda em relação à questão do Co aberto, queria  
248 lembrar que o Regimento dos trabalhos dessa Casa, no Capítulo 2, art. 16,  
249 permite esse tipo de estrutura, inclusive, já houve precedentes, em 2004,  
250 quando tivemos um Co aberto sobre Fundações, que foi bastante produtivo.  
251 Ele foi composto por metade de estudantes e metade de professores, é uma  
252 lástima apenas a não participação de funcionários. Isso mostra que é possível  
253 sim fazer um Co aberto, em que podemos representar, minimamente, o que  
254 existe fora da Universidade e que não passa por esses fóruns, tais fóruns ditos,  
255 pelo Cons. Sergio Adorno, que esgotaram as discussões, quando, na verdade,  
256 não se esgotaram nada. Quantos professores - inclusive, minha orientadora e  
257 outros professores que conheço - não sabiam quais as propostas que estavam  
258 em curso. Quais dos senhores podem dizer que os professores de suas  
259 Congregações estão plenamente contemplados e satisfeitos com os debates?  
260 Então, o debate não foi satisfatório, essa é uma opção essencial que  
261 precisamos fazer. Além disso, vamos propor uma dissolução dessa Casa, em  
262 alguns aspectos, quanto à assembleia universitária do primeiro turno na  
263 eleição. Esse é o espaço mais legítimo para aprovar uma decisão dessa, é  
264 claro que muitos, aferrados ao texto, vão dizer não. No entanto, precisamos  
265 lembrar politicamente o que é esta Unidade Universitária. Essa Universidade  
266 não está representada plenamente aqui. Precisamos colocar claramente esse  
267 debate público e de uma forma que haja uma certa equanimidade. O que  
268 existiu, dessa vez, foi que o Reitor, com sua palavra pública, se manifestou por  
269 meio de uma entrevista, em junho, por uma proposta a favor das diretas,  
270 inclusive bastante progressivo e, depois, usando os diretores de unidades,  
271 tirando uma linha que, necessariamente, não passou em suas congregações e,  
272 às vezes, até contra o que a suas congregações votaram, se posicionou de

273 outra forma. Isso cria uma fissura, uma cisão dentro dos fóruns da USP, porque  
274 existe um abuso do aparato de poder, porque vocês assumiram publicamente  
275 uma posição, mas os professores membros titulares de suas congregações  
276 não puderam assumir uma posição pública com o mesmo alcance da de vocês.  
277 Vocês têm os méritos de terem esse alcance maior político sobre uma proposta  
278 tão grave como esta? Não, vocês têm os méritos funcional e administrativo  
279 como diretores de unidades, mas não político, de propor um projeto para esta  
280 Universidade e sair com o timbre oficial de uma das casas dela. E usar o  
281 aparato de distribuição das unidades, para encerrar o debate. Então chegamos  
282 aqui e o debate já está encerrado, antes mesmo de entrarmos. Assim, esse é  
283 um problema grave que está acontecendo na Universidade sem sequer as  
284 pessoas poderem ver. É por isso que exigimos um Co aberto como forma de  
285 evitar uma cisão mais profunda nesta comunidade, cisão que já existe e não  
286 fomos nós que criamos, mas vocês que estão reproduzindo. Pedimos vossa  
287 atenção para isso porque é possível voltar atrás e fazer uma estrutura mais  
288 democrática, começando pelo método.” **M. Reitor:** “Sobre esse assunto, ainda,  
289 temos que encerrar as colocações.” **Cons. Marcello Ferreira dos Santos:**  
290 “Como representante dos funcionários - um dos poucos representantes dos  
291 funcionários nesse Conselho Universitário, eleito pelo voto direto - venho  
292 endossar a proposta apresentada, pois não é possível em uma Universidade  
293 com a dimensão da Universidade de São Paulo, com mais de 70 mil  
294 estudantes, 16,5 mil funcionários e mais de seis mil professores, não seja  
295 considerada a possibilidade de um debate, minimamente, democrático sobre as  
296 propostas apresentadas neste Caderno. É curioso o fato de não constar, neste  
297 Caderno, propostas que nós, do sindicato dos trabalhadores da USP,  
298 encaminhamos, via ofício, para a Reitoria, mas sequer consta neste Caderno.  
299 Se quisermos levar esse debate com um mínimo de seriedade, é necessário  
300 que ele seja feito, de fato, com quem interessa, que são os trabalhadores,  
301 estudantes e professores do conjunto da comunidade universitária. Como  
302 representantes, não temos o direito de decidir pela maioria. Se o Co se acha  
303 nesse direito, nossa opinião é completamente contrária. É por isso que viemos  
304 aqui solicitar a abertura desse Co para que se comece a dar passos no sentido  
305 de avançarmos na democratização da Universidade. Por último, senhores  
306 conselheiros, quero deixar registrado um protesto. Uma hora antes de chegar a

307 esse Conselho, eu, a Neli, a Diana, o Domenico, o Magno e a Solange - que  
308 são os cinco companheiros que compõe a diretoria do SINTUSP - recebemos  
309 um mandado de intimação, por parte da Reitoria, de mais um processo  
310 administrativo contra esses companheiros, por defender, na porta desta  
311 Reitoria, o pagamento daquilo que se dizia que era uma mentira, ou seja, os  
312 pagamentos dos funcionários terceirizados. E se alega, como a própria Reitoria  
313 reconheceu neste Conselho, que os funcionários haviam ficado, sim, sem  
314 pagamento de seus salários miserável. Viemos aqui reivindicar o salário e  
315 estamos sendo processados. Estamos nesse Conselho Universitário, mesmo  
316 sendo eleitos, já amordaçados e vamos sair dele, provavelmente, com mais  
317 uma espada sobre nossas cabeças, ameaçados de demissão. Isso é um  
318 absurdo. É parte, também, de nosso pedido de que essa realidade e aquilo que  
319 vai ser discutido no Conselho como pauta de hoje, já que não se tem medo da  
320 comunidade e já que se supõe representar a comunidade, que seja feito o  
321 debate realmente com quem lhes interessa, que é o conjunto de trabalhadores,  
322 estudantes e professores.” **Cons. Carlos Eduardo Batista**: (questão de  
323 ordem) “Como já fora apresentada as razões para um Co aberto pelos que me  
324 antecederam, faço uma colocação bem simples, que é como discutir  
325 democracia de uma maneira antidemocrática. A questão é como garantir a voz  
326 dos estudantes, professores e funcionários.” **M. Reitor**: Com referência a essa  
327 questão de ordem, estamos colocando um aspecto que mudaria o Regimento  
328 do Conselho Universitário. É claro que todos gostariam de ver mudanças que  
329 pudessem favorecer, inclusive, o diálogo entre as partes, entretanto, não é  
330 possível deixar de seguir certos parâmetros. Por exemplo, para que se mude o  
331 Regimento do Conselho Universitário para que ele se transforme em aberto,  
332 precisaríamos de uma proposta. Poderíamos até tomar a proposta aqui  
333 apresentada, apesar de ser verbal, mas ela pode ser transformada em escrita,  
334 depois passaria pela CLR e voltaria para aprovação nesse Conselho. Não  
335 podemos modificar esse rito, por si próprio, não é possível, neste momento,  
336 votar essa questão por causas dessas formalidades. Mas, se a maioria dos  
337 Senhores acharem que é imprescindível, preciso colocar em votação a  
338 proposta de ordem. Precisaríamos esperar chegar essa proposta e alguém  
339 convocaria, algum dia, o Conselho para votação e tudo que teríamos na pauta  
340 hoje ficaria submisso a essa mudança. Portanto, não quero decidir sozinho

341 essa questão.” **Cons. Camilo Henrique F. Martin**: “Apenas uma correção. Não  
342 são propostas encaminhadas verbalmente, nossa proposta foi enviada e  
343 protocolada na Reitoria e todos tiveram acesso. Votaremos posteriormente,  
344 mas tem algo que prescinde na proposta, que é a abertura desse espaço.” **M.**  
345 **Reitor**: “A questão é que já existe um cronograma e vai ser seguido, o que já  
346 consta será votado e não haverá inversão de pauta, neste momento. Caso  
347 contrário impediremos que se faça essa deliberação, a menos que isso seja o  
348 objetivo da maioria.” **Cons. Camilo Henrique F. Martin**: “O que se deve  
349 colocar é que ao se chegar ao final da discussão desse projeto, torna-se  
350 inviável a discussão de uma parte substancial dele, que é a abertura deste  
351 espaço. Isso é parte orgânica do desenvolvimento dessa proposta  
352 protocolada.” **M Reitor**: “Mesmo assim, a problemática é que se trata de uma  
353 série de mudanças, que se forem aprovadas, valerão a partir do momento. Não  
354 é possível invertemos aquilo que cada um deseja, mesmo que seja com  
355 fundamento. Quem resolverá essa problemática serão os senhores  
356 Conselheiros, pois colocarei em votação essa solução que breca a  
357 continuação dos trabalhos. Se for aprovada, obviamente, será suspensa a  
358 Sessão do Conselho até que se resolva e seja publicada. A publicação é outro  
359 aspecto importante, já que se a modificação não for publicada no Diário Oficial,  
360 ela não terá validade face a todos e, mesmo que todos os presentes vetemos,  
361 isso não vale a partir de agora. De forma que temos que seguir certos ritos.”  
362 **Cons. Camilo Henrique F. Martin**: “Mas existe um problema de apreciação na  
363 proposta, ela é apresentada à Reitoria e protocolada, portanto a apreciação  
364 deveria ser feita antes da instauração dessa plenária pela Reitoria. É  
365 inadmissível que seja feita agora.” **M. Reitor**: “Há uma questão de ordem e um  
366 presidente da sessão que vocês podem atacar, até judicialmente, se quiserem,  
367 mas a resolução aqui é essa e vai ser colocada em votação para saber se o  
368 colegiado aceita ou não. Assim, por maioria, vamos decidir se os membros do  
369 Conselho Universitário presentes desejam essa colocação que foi feita. Se  
370 houver maioria, será feita uma resolução e publicada no Diário Oficial e, só  
371 depois disso, é que ela poderá ser válida. E como é uma questão de ordem, faz  
372 preceder todas essas questões, portanto teremos que suspender o Conselho  
373 Universitário até a publicação. O que inviabilizaria qualquer resolução aqui  
374 tomada, porque não podemos deixar de publicar a pauta das eleições. Dessa

375 forma, vocês continuarão discutindo, posteriormente, a respeito dessa questão.  
376 A votação é a seguinte: quem votar 'sim' aprova que suspendamos essa  
377 sessão e aprova abertura desse Conselho Universitário, ou seja, que ele seja  
378 aberto a terceiros.” **Cons. Camilo Henrique F. Marti**: “Não é possível fazer da  
379 forma que solicitamos? Que seja deliberado pelo plenário se pode ser 'sim' ou  
380 'não' aberto e, depois, vejamos os ritos procedimentais?” **M. Reitor**: “Não. A  
381 decisão foi dada e não será mudada. Espero não precisar dizer isso mais uma  
382 vez.” **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares**: “Quero um esclarecimento sobre  
383 a forma como o M. Reitor encaminhou a votação. Estamos aqui encalacrados e  
384 apertados com o calendário, sendo que a proposta da ADUSP pedindo um Co  
385 sobre democratização foi protocolada em julho. Nós ficamos até satisfeitos com  
386 esse anúncio prévio, histórico sem precedentes de mais de 90 dias, de julho  
387 para cá. No entanto, descobrimos hoje que, ou aprovamos alguma coisa  
388 conforme a vontade do Reitor ou senão o Reitor vai pedir para publicar a  
389 convocação das eleições para o próximo reitor. É isso? Nós não temos  
390 alternativas?” **M. Reitor**: “A questão não é vontade minha ou de qualquer outra  
391 pessoa que esteja em meu lugar. A questão é que estas são as regras e assim  
392 será.” **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares**: “Qual o prazo para a  
393 publicação?” **M. Reitor**: “Essa é uma outra questão, vamos à votação agora. Já  
394 disse que vou colocar e espero que nessa sessão ou na próxima, se resolva  
395 alguma coisa sobre as propostas. Se não puder, sairá o calendário e não há  
396 possibilidades de maior tempo. Quanto à sua colocação dos meses, não se  
397 esqueça de que julho foi férias, e que foi mandado para todas as  
398 Congregações para que se fizessem propostas e, depois, que retornassem  
399 para que as mesmas fossem examinadas pela CLR.” **Cons. Luiz Gustavo da**  
400 **Cunha Soares**: “Parabenizamos a Rectoria por isso. Agora queria saber se  
401 existe a possibilidade de se fazer ainda um Co, antes de se publicar as  
402 eleições?” **M. Reitor**: “Está nas mãos dos senhores Conselheiros, estou só  
403 organizando os trabalhos. Vamos fazer a votação. A maioria vai decidir.”  
404 **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Professor, vamos ter bom senso. Os  
405 estudantes estão colocando a proposta de que as reuniões do Conselho  
406 Universitário sejam abertas. Então, o Senhor coloca em votação, mas não  
407 amarrando a ela a questão de suspender a Sessão. Apenas coloque em  
408 votação e, caso ganhe essa proposta, o senhor como bom jurista que é,

409 articula isso, mas não amarrando uma coisa a outra.” **M. Reitor:** “Conselheira,  
410 não sei se ouviu há pouco, não é questão minha. Não confunda firmeza com  
411 nervosismo. A questão básica é que tem que ser publicada para ter validade  
412 jurídica e não é possível, simplesmente, valer desde já, mesmo porque, com já  
413 disse há pouco, sem publicação não vale. Isso precisa ser publicado no Diário  
414 Oficial, pois é uma questão de publicidade das Leis, que vem desde a  
415 Constituição. Eu não posso resolver isso.” **Neli Maria Paschoarelli Wada:**  
416 “Mas depois de votado é que vai para publicação, isso não amarra uma  
417 questão a outra. A proposta que foi feita e que deve ser votada, se ela ganhar,  
418 depois vemos como vai ser feito, se perder, morre o assunto aqui.” **M. Reitor:**  
419 “Não é uma questão de amarrar, podemos até continuar a Sessão, mas  
420 fechada. Quem amarra não sou eu é a Lei. Para transformar essa Sessão em  
421 aberta, tem que estar publicado no Diário Oficial. O que podemos fazer é votar  
422 e, a seguir, se ganhar, continuamos com ela fechada até a publicação. Todos  
423 entenderam? Alguém mais tem alguma dúvida a respeito? Não havendo  
424 dúvidas, vamos à votação. Primeiro, por se tratar de alteração no Regimento  
425 do Conselho, a votação exige maioria simples. Se escolherem que teremos  
426 reunião aberta, faremos uma resolução. Segundo, sobre a sequência dessa  
427 reunião hoje, ela precisa ser fechada, porque essa resolução não entrou em  
428 vigor. Porém, se quiserem votar só quando a sessão for aberta, precisaremos  
429 suspender a Sessão. Relembrando: quem votar ‘sim’, vai votar pela  
430 possibilidade de que as reuniões do Conselho Universitário sejam abertas, e  
431 será feita uma resolução para publicação no Diário Oficial, que só valerá a  
432 partir do momento da publicação; quem votar ‘não’ deixa as coisas como  
433 estão.” **Cons. Camilo Henrique F. Martin:** “Senhor Presidente, não é  
434 admissível esse tipo de encaminhamento, isso é uma manobra de acordo com  
435 a proposta que apresentamos.” **Secretário Geral:** “Senhor Conselheiro não  
436 existe a possibilidade de nova manifestação.” A seguir, o **M. Reitor** passa à  
437 votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim=  
438 20 (vinte) votos; Não = 94 (noventa e quatro); Abstenções= 3 (três); Total de  
439 votantes = 117 (cento e dezessete). Reprovada a proposta de Conselho  
440 Universitário aberto. **M. Reitor:** “Conselheiro Sérgio Adorno, com referência a  
441 essa questão de consenso, temos que entender que consenso é a ausência de  
442 objeção. Portanto, fica colocada a indicação de que cada proposta tenha uma

443 defesa a favor e uma contra, como prioridade, mas não vamos impedir alguém  
444 mais de falar. Já vimos, pelas discussões, que não há um consenso, assim,  
445 não adianta falamos de consenso.” Um Conselheiro representante dos  
446 discentes fala fora do microfone que o movimento dos que estão do lado de  
447 fora do Conselho Universitário já foi informado dessa última votação e está na  
448 frente do prédio da Administração Central, pronto para entrar e participar da  
449 Sessão. **M. Reitor**: “Caso isso ocorra, encerraremos a Sessão.” O **Cons.**  
450 **Marcos Felipe Silva de Sá** manifesta-se fora do microfone. **Cons. Marcelo**  
451 **Moreira de Jesus**: “Queria pedir ao Presidente do Conselho Universitário -  
452 porque houve membros representantes dos funcionários que chegaram a  
453 perder a primariedade criminal por coisas que foram ditas dentro desse  
454 conselho – para falar que o Conselheiro da Faculdade de Medicina de Ribeirão  
455 Preto acabou de mandar Conselheiro discente se sentar no lugar dele e o  
456 chamou de menino por causa do posicionamento que ele trouxe, que é um  
457 posicionamento que reflete a vontade dos estudantes que estão lá fora. Queria  
458 saber qual a opinião dos senhores Conselheiros e do Presidente do Co em  
459 relação a esse tipo de tratamento que um dos membros acabou de sofrer aqui  
460 dentro. Se ele está certo, queria que fosse registrado em Ata as palavras do  
461 Conselheiro da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, para que depois  
462 pudéssemos tratar publicamente, como são tratados, dentro desse Co, os  
463 poucos representantes eleitos democraticamente. É um absurdo o que está  
464 acontecendo aqui hoje.” **Cons. Luiz Gustavo da Cunha Soares**: Senhor  
465 Presidente, o segurança acabou de trazer a chave e vai passar a chave na  
466 porta. É isso que os Conselheiros querem? Passar essa imagem para  
467 Universidade, de uma Reunião com as portas fechadas. Ninguém aqui está  
468 com a integridade física ameaçada, os estudantes só querem vir participar do  
469 Co que vai decidir questões prementes da Universidade, questões que afetam  
470 a vida de toda a comunidade uspiana.” **Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Como  
471 é bom ser jovem. Os jovens estudantes acreditaram quando o Professor João  
472 Grandino Rodas foi para mídia e disse sobre a democracia na USP. Vocês são  
473 jovens, companheiros; já nós, que estamos aqui há trinta anos, sabíamos que  
474 isso daqui não vai virar democracia na Universidade de São Paulo. Mas não é  
475 por culpa do Reitor, é por culpa de todos os membros que estão aqui e que  
476 durante quatro anos se beneficiaram das benesses e agora vieram querer nos

477 enganar que haveria democracia nesta Universidade. Não haverá democracia  
478 nesta Universidade, nós funcionários, meia hora antes de começar este  
479 Conselho, recebemos uma notificação da Procuradoria Geral, mais uma vez  
480 nos golpeando, por que denunciemos a corrupção que existe aqui através do  
481 processo de terceirização. Denunciamos a humilhação que as mulheres  
482 trabalhadoras sofrem, com o assédio moral e sexual, com o aviltamento dos  
483 direitos das mulheres trabalhadoras. Os senhores demonstraram, mais uma  
484 vez, que essa Universidade jamais será democrática, com a atitude dos  
485 diretores, que dia a dia assediam moralmente as companheiras que lá  
486 produzem. São diretores que agem autoritariamente, como o Professor da  
487 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que gritou com o companheiro neste  
488 Conselho. Não me espantei com isso, porque ele está acostumado a gritar com  
489 as suas funcionárias na Faculdade de Medicina. Por isso, lamentavelmente, o  
490 Senhor Presidente pode até querer transformar essa Universidade em uma  
491 universidade democrática, como nós queremos, mas é ilusão Companheiro. Os  
492 senhores sairão daqui e nós iremos morrer dentro dela e não veremos a  
493 democratização, porque a Academia não aceita a democratização.” Em  
494 seguida, o **M. Reitor** anuncia o retorno à discussão das propostas do Caderno  
495 I. **M. Reitor**: “Resumindo, de forma rápida, houve uma verificação no sentido  
496 de que o Estatuto da Universidade consagrava como único voto secreto o para  
497 as eleições, enquanto que o Regimento criou, há décadas, algumas outras  
498 colocações de votos secretos que não tinham sequer, uma razão específica.  
499 Por exemplo, voto de dois terços são secretos, votos simples não. Não é nem  
500 *ratione materiae*, ou seja, não é nem em referência ao assunto, mas  
501 simplesmente por acaso. É claro que é algo esdrúxulo em direito quando a  
502 Constituição não faz uma restrição, mas a lei ordinária a faz. Portanto, se  
503 levássemos em conta essa colocação, principalmente com o desenvolvimento  
504 moderno da Lei de Acesso à Informação, realmente, não há mais sentido para  
505 que a Universidade mantenha votações secretas, a não ser aquela de seu  
506 próprio Estatuto. Isso justifica essa proposta. Mas, não sou eu quem decido,  
507 pois meu voto é apenas um, mas todos os senhores e, se desejarem as únicas  
508 votações secretas serão para eleições. É claro que, como já havia colocado  
509 para a colega há pouco, isso só vai valer após a publicação. De forma que as  
510 votações subsequentes que fizermos continuarão a ser feitas como no



511 Regimento anterior, justamente porque não está em vigor ainda as alterações.  
512 Isso é algo simbólico, mas importante. Os tribunais já aderiram a isso e  
513 encontra-se amplamente adiantado no Congresso Nacional, mas é claro que os  
514 senhores e senhoras se encontram a vontade para decidirem, ou seja, votar  
515 'sim' ou 'não' e a maioria prevalecerá. Lembro, ainda que, no Regimento de  
516 hoje, essa votação é aberta por natureza, portanto ela assim será. Se alguém  
517 desejar fazer alguma apresentação do lado contrário está aberto o espaço.”

518 **Cons. João Roberto Gomes de Faria:** “Na verdade trata-se mais de um  
519 esclarecimento do que de uma colocação. No Congresso, dois pontos foram  
520 bastante claros: primeiro, queria-se que a votação para cassação de deputados  
521 fosse aberta. Segundo, o Congresso, em um pacote só, conseguiu que todas  
522 as votações fossem abertas, inclusive, aquelas de votos com relação às  
523 sanções presidenciais. No nosso caso específico, as eleições são secretas e  
524 continuarão, mas entendo que poderíamos buscar uma analogia, não com a  
525 cassação de deputados, mas com a pressão do executivo. Questiono se não  
526 haverá constrangimentos em votações em que o representante deseje votar  
527 contrário a uma indicação de um diretor ou mesmo do próprio Reitor e se sinta  
528 constrangido a fazê-lo quando a votação for aberta. Meu esclarecimento é  
529 sobre em quais casos específicos a eleição, hoje secreta, passaria a ser  
530 aberta.” **M. Reitor:** “Solicito que a Procuradoria-Geral, faça os esclarecimentos.  
531 Inclusive, pediria que o Procurador Geral sente-se na Mesa para conduzirmos  
532 as próximas votações e que fizesse as explicações técnicas a respeito da  
533 proposta. Antes, lembro que se formos por essa linha de sentido apresentada  
534 pelo Conselheiro, todas as votações deveriam ser secretas porque, assim, a  
535 comunidade toda ficaria salvaguardada da autoridade administrativa acima.  
536 Durante uma época isso foi aceito, mas hoje passa a não mais sê-lo.” **Prof. Dr.**  
537 **Gustavo Ferraz de Compos Monaco:** “O artigo 247, que se pretende nessa  
538 proposta revogar, prevê que em todos os colegiados da Universidade, a  
539 votação será secreta quando: ‘I- envolver nome ou interesse pessoal de  
540 docentes; II - implicar no julgamento de aptidão e qualificação para atividades  
541 didáticas, científicas, artísticas, culturais ou profissionais’ (o que acabou  
542 levando a previsão, em alguns dispositivos específicos do Regimento Geral, de  
543 votações secretas para aprovação de membros de bancas examinadoras por  
544 notório saber e, também, a aceitação de inscrição em concursos públicos

545 quando falta o título exigido para aquele concurso, por exemplo, um concurso  
546 para professor titular e a pessoa não é livre-docente, mas se aceita,  
547 eventualmente, a inscrição por dois terços dos votos dos membros da  
548 congregação no caso que aprova as inscrições); 'III - for exigido quórum  
549 especial de dois terços' (o que basicamente é a alteração do Estatuto e  
550 algumas outras matérias); 'IV - tratar-se de julgamento de recursos de nulidade  
551 interpostos em concursos públicos; V - tratar-se de matéria referente a sanções  
552 disciplinares'. São essas matérias que hoje são conduzidas nos Colegiados,  
553 Conselhos de Departamentos, Congregações e Conselho Universitário, pelo  
554 voto secreto que passariam, então, a ser proferidas ou a maioria seria obtida  
555 pelo voto aberto." **Cons. Lisete Regina Gomes Arelaro**: "Como a pauta foi  
556 encaminhada na quarta-feira e nossa Congregação foi na quinta-feira, houve a  
557 possibilidade de discutirmos de uma forma bastante significativa esta proposta  
558 do Reitor. E, de fato, foi votada, por unanimidade, a aprovação da proposta.  
559 Até porque, historicamente, já tivemos situações em que o Colegiado  
560 Deliberativo teve que assumir as responsabilidades e as com sequências  
561 daquilo que ele decidiu. E nós, da mesma forma que hoje estamos aqui  
562 representando o pensamento das nossas unidades, entendemos que é bem  
563 vindo que, em casos delicados, especialmente quando se tratam de punições  
564 ou processos complicados da nossa própria corporação, não se onera somente  
565 aquele que apresenta o caso e o parecer de quem realmente manifesta que  
566 que realmente há problemas com determinado colega. Que isso seja assumido  
567 coletivamente, como, aliás, se entende que a democracia deve ser, e que cada  
568 um de nós, mesmo com o poder executivo central, tenha coragem de defender  
569 ou de se manifestar contra a ação da autoridade. De forma que, para nós, este  
570 é o momento de votarmos e explicarmos à comunidade porque votamos e não,  
571 simplesmente, votamos contra, mas realmente votamos em nome de um  
572 coletivo que discutiu o assunto e responsabilmente se responsabiliza pelo  
573 voto. Neste sentido, votaremos pela proposta para a retirada do voto secreto  
574 que, no nosso entender, só deve ser mantido nas condições previstas em Lei.  
575 É um avanço termos que explicar a nossos colegas porque votamos 'a' ou 'b'."

576 **Cons. Alexandre Pariol Filho**: "Faço parte deste Conselho Universitário há  
577 muitos anos, desde 1994, e venho defendendo minhas propostas sempre da  
578 forma que elas estão em meu foro íntimo. E é a primeira vez, nesses anos

579 todos, que vi um conselheiro pedir para outro conselheiro se sentar, até porque  
580 estamos aqui republicamente na mesma condição de igualdade. Apesar de  
581 nossas posições serem divergentes, espero que não falte, minimamente, o tom  
582 de civilidade que sempre houve neste Conselho. A outra questão que quero  
583 colocar é que estamos em um país em que a questão da transparência passa a  
584 ser um primor a ser buscado. Não acho que, em nossa Universidade, vamos  
585 nos furtar aos clamores populares pela transparência do serviço público. Como  
586 bem disse a Conselheira Lisete, temos satisfação a dar não apenas à  
587 comunidade universitária, mas, também, à comunidade externa à Universidade.  
588 Por isso, é importante que façamos a aprovação pela completa transparência  
589 desse Conselho Universitário e dos demais órgãos colegiados, em todas as  
590 unidades. Assim, em nossa representação, votaremos pela a completa  
591 transparência.” **M. Reitor:** “O 'sim' significa aprovação da proposta e o 'não' o  
592 contrário e a abstenção todos sabem. Quem votar 'sim' está aprovando a  
593 proposta em que as únicas votações secretas serão as eleições em quaisquer  
594 níveis.” A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico  
595 obtém-se o seguinte resultado: Sim= 89 (oitenta e nove) votos; Não = 16  
596 (dezesseis); Abstenções= 6 (seis); Total de votantes = 111 (cento e onze). É  
597 aprovada a proposta alteração do inciso IV do art. 42, inciso I do art. 46, § 1º do  
598 art. 151, § 5º do art. 182, § 2º do art. 190 e revogação do art. 247 do  
599 Regimento Geral. **M. Reitor:** “Lembro que isso só valerá depois da publicação.  
600 Como são 13h30min, ainda é possível mandar ao Diário Oficial hoje e sairá  
601 publicado amanhã. Mas as votações que continuaremos a fazer, hoje, serão  
602 secretas ou não de acordo com o Regimento vigente.” Ato seguinte, o **M.**  
603 **Reitor** passa ao **CADERNO II – ELEIÇÕES PARA REITOR E VICE-REITOR.**  
604 **1. PROCESSO 2013.1.25153.1.8 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Ofício  
605 do Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, aos membros do  
606 Conselho Universitário, encaminhando a proposta de discussão do tema  
607 Eleições na USP e solicitando que as Unidades e Órgãos enviem  
608 manifestações, por meio de suas Congregações e/ou Conselhos Deliberativos,  
609 para serem apreciadas na reunião do Conselho Universitário em 1º.10.2013  
610 (09.07.13). Propostas encaminhadas pelas Unidades/Órgãos da USP. **Parecer**  
611 **da PG:** sistematiza as questões apresentadas em tópicos, itens e subitens, a  
612 saber: 1. Método de Análise Jurídico-Formal; 1.1. Itens, subitens e sistema de

613 votação; 1.2. Origens das propostas; 2. Questão prévia; 3. Estatuinte e revisão  
614 estatutária; 3.1. Estatuinte; 3.2. Revisão do Estatuto e do Regimento Geral; 3.3.  
615 Eventual aprovação não prejudicial à continuidade de análise; Eleição para  
616 Reitor e Vice-Reitor; 4. Inscrição prévia de chapas; 4.1. Com apresentação de  
617 programa de gestão; 4.1.1. Questão de ordem: vacância de quaisquer das  
618 funções; 4.2. Sem apresentação de programa de gestão; 4.3. Com indicação  
619 dos nomes dos Pró-Reitores; 5. Número de votos; 5.1. Um único voto; 6.  
620 Turnos de votação; 6.1. Turno único; 6.2. Dois turnos, em caso de não  
621 obtenção, no primeiro turno, de maioria absoluta por qualquer dos candidatos  
622 (ou chapas); 6.3. Dois turnos; 7. Colégio Eleitoral em caso de segundo turno; 8.  
623 Colégio Eleitoral do primeiro turno; 8.1. Eleição direta, sem ponderação de  
624 votos; 8.2. Eleição direta, com ponderação de votos 70, 15, 15; 8.3. Eleição  
625 direta, com ponderação de votos 70, 20, 10; 8.4. Eleição direta, com  
626 ponderação de votos 60, 20, 20; 8.5. Eleição representativa, com inclusão dos  
627 Conselhos dos Departamentos; 8.6. Manutenção da atual Assembleia  
628 Universitária; 9. Regras de desempate; Regras gerais; 10. Ampliação do  
629 Conselho Departamental; 11. Desincompatibilização; Propostas de Resolução;  
630 12. Consulta à comunidade; 12.1. Da minuta de Resolução; 12.2. Da  
631 ponderação dos votos dados na consulta; 12.3. Aproveitamento da consulta  
632 para a elaboração da lista tríplice; 13. Do calendário de discussões. Após  
633 analisar e comentar todas as propostas encaminhadas pelas Unidades,  
634 encaminha o parecer para oitiva da d. CLR e, posteriormente, do Conselho  
635 Universitário (23.09.13). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade, o parecer  
636 do relator, Prof. Dr. Francisco de Assis Leone (24.09.13). A seguir, o **M. Reitor**  
637 solicita ao Procurador Geral que inicie as apresentações. **Prof. Dr. Gustavo**  
638 **Ferraz de Campos Monaco:** “As propostas que chegaram e que diziam  
639 respeito a esse item, foram sistematizadas e se encontram mencionadas a  
640 partir do item 3 do parecer da Procuradoria Geral número 3305/2013. A  
641 primeira proposta referente ao subitem 3.1, desse parecer, é a de convocação  
642 de uma Estatuinte, que teria poderes para aprovar o novo Estatuto da  
643 Universidade. Essa proposta, caso aprovada, implicará na inclusão no artigo 22  
644 nas Disposições Transitórias do Estatuto, cuja redação está à folha 6 do  
645 parecer: ‘fica convocada a assembleia Estatuinte, composta nos termos de  
646 Resolução (porque as propostas não diziam quem comporia esse colegiado,

647 então seria preciso que, no futuro, os membros do Conselho Universitário  
648 decidissem a composição dessa assembleia) para no prazo de um ano de sua  
649 instalação, dotar a Universidade de São Paulo de um novo Estatuto. Parágrafo  
650 único - a resolução que se refere o *caput* desse dispositivo, deverá ser  
651 aprovada na primeira sessão ordinária do Conselho Universitário, após a data  
652 de hoje, ou seja, haveria um prazo para que houvesse a sugestão de como  
653 essa assembleia se constituiria, ela seria votada, aqui no Conselho, e depois  
654 de publicada, essa assembleia Estatuinte se instalaria'. A aprovação desse  
655 subitem prejudica subitem 3.2 e item 13 do parecer. Em caso de não  
656 aprovação, teríamos de analisar o item 3.2, que é uma proposta de revisão do  
657 Estatuto. Em caso de aprovação, passaríamos, se for o caso, para o item 4, ou  
658 seja, haveria ainda a possibilidade do Conselho Universitário discutir mudanças  
659 nas regras de eleição para esta próxima eleição, porque a Estatuinte só se  
660 instalaria no ano que vem." **M. Reitor**: "Alguém gostaria de falar pró ou contra?  
661 Se concordarem com a sugestão do Professor Sérgio, ficamos com as duas  
662 apresentações, caso contrário, passamos às que forem necessárias." **Cons.<sup>a</sup>**  
663 **Vera Silvia Facciolla Paiva**: "Esperamos, sinceramente, que tenhamos  
664 tranquilidade para continuarmos o debate. Esta posição foi votada, por  
665 unanimidade, pela Congregação do Instituto de Psicologia, depois de duas  
666 reuniões abertas. E estou aqui, em nome da nossa Congregação, depois de  
667 um amplo debate, para defendê-la. Já tínhamos encaminhado vários  
668 documentos, um deles foi um pedido de revisão de alguns pontos do Estatuto,  
669 reconhecendo que este Estatuto tem vários elementos que remontam ao  
670 momento da Ditadura Militar. Desde então, nunca mais fizemos uma discussão  
671 profunda e decente, acompanhada de debate público amplo, de como a  
672 Universidade deveria funcionar. Encaminhamos várias moções pedindo a  
673 revisão deste e daquele item por decisão unânime da Congregação e  
674 entendemos que, embora nesse momento tenhamos aceitado votar dois itens  
675 que estão na estrutura de poder da Universidade, o primeiro - que acabou de  
676 passar agora -, que é a votação aberta e o segundo, que trata do modo de  
677 encaminhar a eleição de Reitor, neste momento, o ideal seria que fizéssemos  
678 uma discussão completa, baseada em princípios do que queremos dessa  
679 Universidade no momento imediatamente seguinte à próxima eleição de Reitor.  
680 Estamos abrindo uma exceção, neste momento, para dar conta da demanda e

681 da possibilidade de ampliarmos e discutirmos o Colégio Eleitoral para a  
682 próxima eleição, mas achamos que o mais adequado seria um debate longo e  
683 produtivo sobre a estrutura democrática de poder nesta Universidade e a  
684 reformulação do Estatuto, que foi aprovado e proposto ainda durante a vigência  
685 da Ditadura Militar. Portanto, essa é a proposta encaminhada pela  
686 Congregação do Instituto de Psicologia.” **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Com  
687 relação à Estatuinte, gostaria de trazer a formulação aprovada pelos nossos  
688 congressos, que é a proposta de uma Estatuinte livre, soberana, democrática e  
689 aberta a todos os professores, funcionários e estudantes da USP, a ocorrer no  
690 primeiro semestre de 2014. Essa proposta vem sendo amadurecida no interior  
691 de nosso movimento, a partir de diversas discussões que começaram, ainda,  
692 no processo de superação da Ditadura Militar. Estamos discutindo isso desde  
693 os anos 1980 e 1990, passando por diversas aprovações, em diversas  
694 instancias. Acreditamos que há necessidade premente de mudança dos  
695 Estatutos, não apenas no processo sucessório, mas também o próprio Estatuto  
696 da Universidade. Mudanças essas que não podem ocorrer sem a ampla  
697 participação da comunidade de uma forma muito concreta. A nosso ver, há a  
698 necessidade de que toda a comunidade participe do processo de discussão  
699 dos nossos Estatutos e da previsão de processo de sucessão da Reitoria e,  
700 mesmo, das diretorias das unidades. Esse processo tem que partir da  
701 participação ampla e democrática da sua comunidade.” **Cons. Sérgio de**  
702 **Albuquerque:** “Na realidade é apenas um esclarecimento a respeito da  
703 manifestação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto. Na  
704 ocasião, foi discutida a possibilidade de revisão do Estatuto e do Regimento,  
705 conforme está no documento da Procuradoria Geral, mas o que se pretendia  
706 com isso seria uma revisão mais no sentido do processo eleitoral, tanto para  
707 reitor como para chefia de departamento e diretoria de unidade.” **Cons.<sup>a</sup>**  
708 **Mariana Queen Ifeyinwaeze Nwabasili:** “Quanto à Estatuinte, concordo com a  
709 fala de um dos funcionários de que temos que pedir a participação da  
710 comunidade universitária como um todo, posição também já reiterada pelos  
711 nossos companheiros estudantes. Também, com relação à Estatuinte, pedimos  
712 a composição paritária para que ela seja encaminhada para a eleição de reitor.  
713 Estou um pouco aflita, na verdade, para falar, porque como nós estudantes  
714 somos minorias com relação ao resto dos conselheiros e continuamos aqui

715 para tentar um diálogo para além do que nossos companheiros já tentaram,  
716 além disso, não posso deixar de transparecer meu nervosismo quanto ao  
717 barulho que acho que os senhores estão escutando. Acho muito estranho a  
718 passividade dos conselheiros, inclusive da presidência da Mesa, porque se  
719 alguma coisa acontecer, para além dos encaminhamentos dessa Sessão, que  
720 continua em estado de normalidade, acho que vai ter que ocorrer uma  
721 autocrítica com relação a como foi conduzida a primeira votação. Deu a  
722 entender para minoria, estudantes e funcionários representados nesta sessão,  
723 que o resto dos encaminhamentos com relação à votação para reitor seriam  
724 feitos de maneira impositiva, como a mesa fez no primeiro momento. Acho que  
725 todos aqui entendem as relações dialéticas de história, do limite. O  
726 comportamento do barulho que estamos vendo lá fora tem haver com a forma  
727 como a sessão começou a ser encaminhada. Acho que é preciso ser  
728 autocrítico com relação à passividade dos senhores em relação a como a  
729 presidência começou encaminhando a Sessão. Com relação à Estatuinte, acho  
730 que seria necessário que ela pudesse ocorrer de maneira diferente para as  
731 eleições desse ano, porque os protocolos, tanto da ADUSP como do DCE,  
732 vislumbraram que essa reunião do Co ocorresse antes das eleições desse ano.  
733 Porque eles estão esperando mudanças para esse ano, se postergadas para a  
734 próxima eleição ou a partir do ano que vem, acho que isso não seria viável  
735 para as reivindicações que estamos fazendo. Não sei se a Mesa poderia dar  
736 algum encaminhamento quanto à consideração do barulho e a possibilidade de  
737 invasão e ocupação do espaço, porque isso, também, precede à continuidade  
738 da Sessão. Isso não está sendo feito. Há uma reação do resto da comunidade  
739 para como a primeira parte da sessão foi tomada. Tem que existir uma  
740 autocrítica neste sentido, pois sentimo-nos coagidos em ter que continuar uma  
741 sessão que queríamos que a maioria da Universidade estivesse presente.  
742 Quando o reitor falou que seria divulgado no Diário Oficial, não nos falou  
743 quanto tempo demoraria essa divulgação, como fez depois durante a sessão. E  
744 não falou que hoje, se votássemos aquilo ainda poderia ser colocado no Diário  
745 Oficial. Ficamos coagidos e essa reação é uma resposta de como a mesa  
746 encaminhou a primeira parte da sessão. É preciso considerar isso. Não dá para  
747 ficar fingindo que nada está acontecendo aqui dentro e fechamo-nos em um  
748 vão, como já é a Universidade com relação ao resto da cidade e com relação

749 ao processo que ocorre na escolha de reitor em outras universidades. Como  
750 estudante, realmente mais nova que os senhores, sinto-me constrangida pelos  
751 senhores. Parece que está tudo normal, enquanto existe um constrangimento  
752 geral de que a Sessão continue frente às coisas que estão ocorrendo lá fora e  
753 frente à forma que o Reitor dirigiu a Mesa e todos os presentes a votarem de  
754 maneira contrária, no início da Sessão, à entrada de todo mundo. Não fomos  
755 informados de quando poderia ser publicada a questão no Diário Oficial e todo  
756 mundo foi induzido a votar 'não' à entrada do resto dos participantes. Acho isso  
757 uma hipocrisia, desculpe-me o termo, mas parece que nos foi escondido uma  
758 parte do processo e todo mundo foi induzido a votar 'não' à entrada dos  
759 estudantes e dos funcionários. E o que me espanta é que as portas estão  
760 fechadas, o que confirma que existe um medo das estruturas de poder, tanto  
761 no âmbito da Universidade quanto no âmbito estadual e federal, em entrarem  
762 em contato com o povo. Pessoalmente, é isso que está posto aqui. Estamos  
763 trancados na sala, isso não é possível, isso é muito estranho." **M. Reitor**:  
764 "Gostaria de colocar a questão de continuação ou não da sessão em votação,  
765 pois não vou decidir pessoalmente. Os que quiserem que a sessão continue  
766 vote 'não', os que quiserem a suspensão votem 'sim'. Sendo a sessão  
767 suspensa, será feita em seguida a convocação das eleições e desejo a todos  
768 um feliz 2014." **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada**: "Professor, não há  
769 proposta de suspender ou não suspender a sessão. Peço uma questão de  
770 ordem." **M. Reitor**: "Considerando a manifestação recente da Conselheira,  
771 como Presidente da Mesa, tenho a obrigação de trazer essa proposta. A não  
772 ser que a Cons.<sup>a</sup> Neli tenha uma outra colocação que neutralize o que foi dito  
773 anteriormente." **Cons. Neli Maria Paschoarelli Wada**: "Peço mais uma vez ao  
774 Professor bom senso. Não foi colocada e não se precisa votar isso. Ela não  
775 colocou essa proposta." **M. Reitor**: "O que a Conselheira quer dizer com bom  
776 senso? Estou colocando essa proposta e ela vai ser votada. Tenho  
777 informações que os estudantes manifestantes estão completamente  
778 preparados para invadir, mas não vou decidir sozinho." **Cons. Mariana Queen**  
779 **Ifeyinwaeze Nwabasili**: "Peço uma questão de ordem. Não coloquei essa  
780 proposta, pedi uma reflexão. O senhor está encaminhado de forma a não votar  
781 mais a questão este ano e deseja um feliz 2014, como o senhor está fazendo  
782 isso? **M. Reitor**: "Não fui eu que coloquei, foi Vossa Excelência." **Cons.**



783 **Mariana Queen Ifeyinwaeze Nwabasili**: “Não coloquei. Quero um  
784 esclarecimento dos senhores em relação ao que está acontecendo lá fora. Não  
785 podemos ignorar o que está acontecendo lá fora. Quero fazer uma proposta, se  
786 não for votada hoje, antes das eleições tem que ter uma reunião do Co.” A  
787 seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-se  
788 o seguinte resultado: Sim= 20 (vinte) votos; Não = 71 (setenta e um);  
789 Abstenções= 2(dois); Total de votantes = 93 (noventa e três). A proposta de  
790 encerramento da sessão é rejeitada. **M. Reitor**: “Fico satisfeito porque a  
791 decisão não é minha. Porque a informação que tive e que a Conselheira falou,  
792 realmente, era a colocação de que o pessoal está preparado para invadir. Se  
793 invadirem, a decisão é de todos nós, não é somente minha.” **Cons. Neli Maria**  
794 **Paschoarelli Wada**: “Antes de fazer minha intervenção sobre a Estatuinte,  
795 quero dizer que o professor Rodas está torcendo para que meninada ocupe. O  
796 Senhor está magoado. Não fique magoado, vamos agir com a razão.” **M.**  
797 **Reitor**: “Não, de maneira alguma, não é isso. Quero que a integridade física de  
798 cada um fique sobre a responsabilidade da maioria e não minha. **Cons. Neli**  
799 **Maria Paschoarelli Wada**: “Passando à Estatuinte, em nome dos funcionários,  
800 vamos - conforme resolução do nosso Congresso – defender a Estatuinte livre,  
801 democrática e soberana. Vamos lutar para que isso aconteça nesta  
802 Universidade e, neste momento, votamos pela Estatuinte para que nunca mais  
803 ocorram as 270 demissões que ocorreram em janeiro de 2010, quando foram  
804 demitidos funcionários e funcionárias honestos, produtivos, até mesmo em  
805 cargos de confiança, sendo os mesmos humilhados. Também, estamos  
806 defendendo esta Estatuinte livre, democrática e soberana para que, nunca  
807 mais, ocorram as 284 demissões que estão ocorrendo no hospital de Bauru, no  
808 Centrinho, que inclusive não levaram em consideração os portadores de  
809 necessidades especiais, com deficiências auditivas, colocando vários deles em  
810 um processo de exclusão social. E para que nunca mais seja criminalizada a  
811 luta daqueles que defendem esta Universidade, transformando a luta em crime.  
812 Por tudo isso, vamos defender a Estatuinte livre, democrática e Soberana. Mas  
813 votaremos na Estatuinte, para que possamos, no ano que vem, fazer uma  
814 grande luta, uma verdadeira luta pela democratização da USP.” **Cons. Sérgio**  
815 **França Adorno de Abreu**: “Gostaria de fazer um apelo a este Colegiado -  
816 alunos, professores e funcionários - para que foquemos, em primeiro lugar, o

817 objeto deste Conselho. Estamos aqui para apreciar propostas, estas podem ser  
818 vencedoras ou não, mas temos que focalizar neste objeto, porque senão  
819 vamos sair daqui com o fracasso de não promover nenhuma mudança. Não  
820 posso imaginar que na Universidade de São Paulo, hoje, com sua projeção  
821 cada vez maior internacionalmente, não tenha capacidade de tomar iniciativas  
822 importantes e históricas. Pediria a todos e faria um apelo aos alunos, pois acho  
823 que estamos vivendo um momento difícil, isso porque houve, desde 2007, uma  
824 interrupção dos canais de comunicação política entre todos os atores da  
825 Universidade. Estamos vivendo isso e acho que esse é um processo real, mas  
826 não vamos resolver aqui. Gostaria de dizer que o que foi proposto hoje não é  
827 definitivo, isso significa um espaço de abertura para o aprofundamento de  
828 outras mudanças que vão ocorrer a partir do ano que vem. Acho que  
829 precisamos ser claros, não é simplesmente dizer: basta e encerrarmos. No  
830 documento dos diretores está muito claro que temos uma proposta que  
831 entendemos ser o possível entre este coletivo, ao lado de outras propostas que  
832 são tão legítimas quanto. Gostaria que fizéssemos um compromisso de que  
833 essas são as mudanças possíveis. As mudanças que forem votadas aqui e,  
834 eventualmente aprovadas, é o possível neste momento. Assim, daqui para  
835 frente, vamos nos comprometer a discutir e aprofundar e ter mais tempo para  
836 tornar esse processo democrático em um processo denso, porque senão não  
837 vamos sair daqui. Confesso que estou aqui a mais de trinta e cinco anos, não  
838 só como professor, mas também como aluno, evidentemente, e nunca vi um  
839 momento tão enriquecedor do ponto de vista dos debates, das ideias, da  
840 inquietação e da mobilização. Acho que se não votamos, perdemos essa  
841 oportunidade e se perdemos essa oportunidade, não teremos outra situação.  
842 Pediria a todos tolerância, paciência e respeito às diferenças, porque isso é um  
843 ato de urbanidade, quero dizer, um mínimo de respeito à dignidade do outro.  
844 Então vamos evitar agressões, estou falando aqui para todos. Vamos ter  
845 paciência e sangue frio, vamos deixar as nossas tradições latinas um pouco de  
846 lado e vamos tentar trabalhar o máximo que for possível fazer nessa sessão.  
847 Pediria a todos o uso do bom senso, acho que deveríamos fazer o possível  
848 para que as falas fossem o mais possível a favor, contra só quando for uma  
849 fala diferente daquela já exposta. Vamos nos concentrar em um argumento  
850 favorável para podermos passar essa pauta. Gostaria muito que tivéssemos

851 essa colaboração, para que todos que estão aqui, no final, votando pelo 'sim'  
852 ou pelo 'não', tivessem passado por essa experiência de discussão de uma  
853 votação com algum resultado possível.” **Cons. Phillipe Pessoa de Santana:**  
854 “Sobre essa questão da Estatuinte, acho que é muito importante que deixemos  
855 esse Conselho, se não com uma deliberação definitiva em relação à proposta,  
856 pelo menos, com o compromisso de ampliar as discussões dessa proposta.  
857 Muitas vezes, a nossa própria estrutura normativa é confrontada com as  
858 necessidades de mudança, isso porque estamos em um contexto diferente e a  
859 própria evolução da estrutura universitária nos mostra isso. Evoluímos em  
860 direção à departamentalização, especialização dos cursos e, hoje, temos uma  
861 necessidade de ampliar a comunicação entre áreas com interdisciplinaridade.  
862 Isso, muitas vezes, acaba sendo impedido pela nossa própria estrutura  
863 universitária, haja visto quando o tema foi discutido, uma das coisas que vários  
864 especialistas no assunto de interdisciplinaridade disseram é que era melhor  
865 que se começasse uma Universidade nova, por causa dessas barreiras  
866 regimentais que às vezes enfrentamos. Portanto, é imprescindível que  
867 discutamos essa questão de forma profunda, em todos os âmbitos e não  
868 apenas na questão da eleição dos dirigentes da Universidade, mas em todos  
869 os âmbitos da estrutura universitária, com todas as categorias, ou seja, com as  
870 quatro categorias, porque nem isso hoje é contemplado no nosso Regimento  
871 antiquado. Somos duas categorias de servidores públicos: professores e  
872 técnicos administrativos, e duas categorias de discentes: graduandos e pós-  
873 graduandos e nem isso, hoje, nosso regime contempla. Dessa forma, é muito  
874 importante meu apelo aos conselheiros, no sentido de que, se não agora, mas  
875 nas próximas reuniões desse Conselho, essa questão seja trazida de maneira  
876 mais factível e em um formato propositivo, em um formato que não deixe os  
877 conselheiros desconfortáveis em apreciar a questão, porque ela é uma questão  
878 extremamente importante, mas é trazida de maneira muito subjetiva. De forma  
879 que não temos pontos suficientes para estabelecer uma posição.” **M. Reitor:** “A  
880 informação que tenho e foi dita no início é que estaríamos votando a questão  
881 da eleição porque ela está próxima, mas há toda uma questão que o Professor  
882 poderia colocar dentro do contexto geral e continuar essas discussões no ano  
883 que vem, pois não se faz tudo em um mesmo momento. Sua colocação já está  
884 amplamente contemplada em conversas que os diretores tiveram entre si e o

885 Cons. Sergio Adorno poderá falar se for o caso. Hoje o assunto é a eleição  
886 para reitor e vice-reitor.” **Cons. Phillipe Pessoa de Santana**: “Já estou  
887 informado disso. Gostaria, realmente, de fazer uma afirmação mais firme nesse  
888 sentido, para trazer isso aos Institutos que discutem com as categorias.” **Cons.**  
889 **Sérgio França Adorno de Abreu**: “Reafirmo a ideia, contida nos documentos  
890 que os diretores apresentaram, de que no próximo ano seja feito um  
891 calendário, para que sejam apreciadas reformas dos Estatutos, de forma que o  
892 assunto não está de fora. Mas, lembro que na pauta, se votarmos  
893 favoravelmente à Estatuite, eliminamos todo o restante. Por isso, temos que ter  
894 muita clareza disso, porque praticamente todas as propostas vão ficar.” **Prof.**  
895 **Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: “Desculpe, mas não há empecilhos  
896 que recomeçamos a discussão a partir do ponto 4, que seria a mudança para a  
897 próxima eleição. E as mudanças para o Estatuto iniciaria depois.” **Cons.**  
898 **Sérgio França Adorno de Abreu**: “Parece-me um contra senso isso, porque  
899 se faz a eleição e depois se faz uma constituinte, é uma constituinte em  
900 andamento. É meio estranho isso.” **Secretário Geral**: “Ela seria convocada  
901 para 2014. A eleição tem que acontecer em 2013.” **Cons.<sup>a</sup> Vera Silvia**  
902 **Facciolla Paiva**: “O que estou encaminhando é a proposta votada pela nossa  
903 congregação, com discussão ampla e aberta. Estamos representando uma  
904 discussão que foi feita longamente na Congregação da nossa Faculdade para  
905 2014, a convocação imediata de um debate sobre Estatuinte. O colega já  
906 esclareceu que isso não impede de votarmos mudanças para esse momento.  
907 Se querem inverter, que invertamos e já começamos a discutir. Não  
908 entendemos porque não podemos votar. Nossa proposta é que votemos a  
909 continuação da pauta, que é o modo da eleição do próximo reitor, mas votemos  
910 um compromisso, *a priori*, que no primeiro Conselho Universitário do próximo  
911 ano, discuta-se o encaminhamento de uma Estatuinte, onde a reforma de  
912 poder nesta Universidade seja discutida amplamente nos seus princípios e não  
913 a toque de caixa como fizemos neste momento. **Cons. Rafael Madureira dos**  
914 **Anjos**: “A princípio, gostaria de parabenizar o Procurador Geral, Prof. Dr.  
915 Gustavo Ferraz de Campos Monaco, pelo parecer esclarecedor e bastante  
916 didático. É difícil, no meio jurídico, fazer isso com tanta clareza, meus  
917 parabéns. A outra questão que gostaria de colocar é o encaminhamento  
918 favorável à Estatuinte. Acho que tem um tempo que ouvimos falar sobre a

919 separação dos poderes: legislativo, executivo e judiciário. E na USP não temos  
920 isso, uma vez que a mesma pessoa que executa a despesa, julga e faz as  
921 normas. Acho que está na hora de discutimos isso. E o momento para poder  
922 discutir isso é a Estatuinte. Hoje nós temos tempo político, que nem sempre é o  
923 que queremos, mas é o tempo que o clamor social está pedindo isso. Acho que  
924 é um momento favorável para aprovarmos e repensarmos. Não é criticando  
925 ninguém, mas revendo os nossos conceitos. Queremos nos tornar modelos  
926 para a sociedade, mas não adianta sermos modelo e não refletirmos sobre  
927 nossas condutas. Outra questão que gostaria de falar é a democracia. A  
928 democracia é um sistema ruim, mas é o melhor entre aqueles que temos. A  
929 democracia é muito ruim, pois é lenta, é feita de disputas e é feita de pressão,  
930 mas dentro dos sistemas que já experimentamos ao longo da história da  
931 humanidade, ela é o melhor sistema que existe. E é por isso que somos  
932 favoráveis à questão da democracia na USP e à instalação da Estatuinte. Outra  
933 questão é que o clamor social, nas ruas, está ligado, também, ao cansaço das  
934 mesmices. Estamos cansados de não ter respostas administrativas para as  
935 coisas. Cansamos de pagar os impostos mais altos do mundo e não ter retorno  
936 disso, nem ver as autoridades preocupadas com isso. São essas  
937 manifestações nas ruas que fez a própria frase que o Reitor começa o  
938 discurso: 'quando se sente bater no peito uma heroica pancada'. Acho que está  
939 no momento de sentirmos bater no peito essa heroica pancada e decidir e não  
940 sentar e fugir da decisão. Está na hora de decidirmos e convocarmos uma  
941 Estatuinte. Não é bater no peito uma heroica pancada e sentarmos e não fazer  
942 nada ou ficar com picuinhas ou com birra, pelo contrário, está na hora de  
943 convocarmos essa Estatuinte e pôr na mesa para discutir os assuntos sérios  
944 dessa Universidade, porque o povo quer uma resposta da nossa Universidade.  
945 Temos que ser modelo, temos que ser dianteira e não ser cauda, pois sempre,  
946 na história da USP, fomos modelo. Outra questão que gostaria de colocar é  
947 que é precisamos de gestão, não adianta ter um discurso bonito se não tiver  
948 gestão. Acho que é isso que o povo quer nos dizer. Chega de animação e de  
949 debates calorosos e bonitos que não leva a nada, disso já estamos cansados.  
950 Precisamos de gestão e não de animação. Outra questão é a do radar que eu  
951 sempre falo: por que quando você está em seu carro, freia quando vê um  
952 radar? Isso ocorre porque você tem certeza que vai ser multado. Isso não

953 acontece na nossa sociedade de hoje. É que cada vez mais crimes mais  
954 graves estão acontecendo, porque os criminosos têm certeza que não vão ser  
955 punidos. A exemplo de nosso Supremo, que ao meu ver é, inclusive,  
956 inconstitucional, porque se todo poder emana do povo e será exercido em  
957 termo da Constituição, o Supremo não é eleito pelo povo, logo ele é  
958 inconstitucional por natureza e não é porque é uma cláusula inconstitucional  
959 por natureza que deve ser mantida. Para terminar, quero, mais uma vez,  
960 ressaltar que 'quem sabe faz a hora, não espera acontecer'. A hora de votar  
961 para Estatuinte é agora." **Cons. Carlos Eduardo Batista de Souto Alves:**  
962 "Gostaria apenas de reforçar a importância de fazermos uma Estatuinte e não  
963 mais uma reforma estatutária. Já passamos uma vez pela reforma do Estatuto  
964 e sabemos das condições retrógradas que os artigos nos colocam. É um  
965 momento importante de revermos e discutirmos, com toda profundidade  
966 necessária, o que queremos para esta Universidade. Está na hora de fazermos  
967 uma universidade nova, mudar o caráter de quem serve esta universidade. E  
968 este é o melhor momento para fazermos e discutirmos isso, para não ficarmos  
969 para trás na história. A USP está muito atrasada no seu funcionamento interno  
970 e na sua abertura para sociedade, então uma Estatuinte é a forma mais  
971 adequada de recuperar esse tempo perdido. Como a Conselheira falou há  
972 pouco, entre aqueles que me antecederam, isso não impede que façamos,  
973 agora, mudanças para o próximo período, antes das eleições para reitor, já que  
974 uma discussão para Estatuinte leva tempo, pois temos que fazer muita  
975 discussão e não conseguiremos fazer isso agora. Diante disso, aprovamos  
976 uma Estatuinte e passamos a discuti-la mais à frente. Enquanto isso,  
977 continuamos a discutir as questões que precisam ser decididas agora, porque  
978 são urgentes, principalmente, reformar ou mudar a formas que elegemos as  
979 direções." **Cons. Tomás Costa de Azevedo Marques:** "Como os colegas que  
980 me antecederam colocaram muito bem, o que estamos discutindo neste  
981 momento histórico é a oportunidade de rever os erros que cometemos no  
982 passado e conseguirmos um novo panorama para nossa Universidade. Agora  
983 vamos votar a Estatuinte e, se aprovada, continuamos nosso conselho e a  
984 Constituinte começa e ser discutida a partir de 2014. E a votação de hoje  
985 continua para a eleição de reitor deste ano." **M. Reitor:** "Vamos votar pela  
986 Estatuinte. A responsabilidade pela continuação não é minha, mas de 70

987 pessoas. Consulto se em havendo invasão, os senhores vão querer continuar  
988 aqui? O 'sim' é para discutir Estatuinte e o 'não' é para discutir a partir de 2014.  
989 Solicito ao Procurador Geral que esclareça essa questão.” **Prof. Dr. Gustavo**  
990 **Ferraz de Campos Monaco**: “A proposta apresentada é para que a Estatuinte  
991 se instale em 2014 e a partir da instalação ela terá um ano de duração.” **M.**  
992 **Reitor**: “Estariamos votando para instalar, se votarmos 'sim' é para 2014, se  
993 votarmos 'não' é para não instalar. O quórum é de dois terços.” A seguir, o **M.**  
994 **Reitor** passa à votação. **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte  
995 resultado: Sim= 58 (cinquenta e oito) votos; Não = 47 (quarenta e sete);  
996 Abstenções= 4 (quatro); Total de votantes = 109 (cento e nove). Proposta  
997 rejeitada. **M. Reitor**: “A rejeição não significa que não possam discutir a  
998 Estatuinte em 2014, simplesmente ela não está pré-determinada para 2014”.  
999 **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: “Há uma outra proposta pela  
1000 revisão do Estatuto. A revisão nos termos da constituição atual implica no  
1001 quórum diminuído para as alterações. Então a proposta implica na inclusão do  
1002 artigo de número 22, que agora passa a ter uma outra redação, já que a  
1003 proposta anterior foi recusada e uma era prejudicial à outra, nos termos de uma  
1004 concessão de poderes para que o Conselho Universitário aprove modificações  
1005 no Estatuto da USP, por maioria absoluta e não por maioria de dois terços,  
1006 durante o primeiro semestre de 2014, em processo de revisão de suas normas.  
1007 A aprovação desta proposta implica na inclusão deste artigo 22 nas  
1008 Disposições Transitórias, e a eventual não aprovação deste subitem 3.2  
1009 prejudica o item 13 do parecer.” **M. Reitor**: Pediria só que repetisse o texto  
1010 para que fique bem claro.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**:  
1011 “Fica o Conselho Universitário autorizado a aprovar modificações no Estatuto  
1012 da USP, por maioria absoluta, durante o primeiro semestre de 2014, em  
1013 processo de revisão de suas normas. Parágrafo único - a revisão do Estatuto  
1014 pode exigir a adequação do regimento geral a ser aprovado pela maioria  
1015 absoluta.” **M. Reitor**: “Teríamos a possibilidade, em votando 'sim', de ter um  
1016 quórum diminuído para a mudança do Estatuto, que passaria para maioria  
1017 absoluta - cinquenta por cento dos votos mais um. Aqueles que votarem 'não' é  
1018 para continuar como está, ou seja, quórum de dois terços para mudanças.”  
1019 **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: “Isso durante o primeiro  
1020 semestre de 2014. Em caso de aprovação ou não, o item 4 passa a ser

1021 analisado.” **M. Reitor**: “Se não obtivermos os 81 votos, isso não poderá ser  
1022 aprovado.” A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**: Pelo painel  
1023 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 58 (cinquenta e oito) votos;  
1024 Não = 42 (quarenta e dois); Abstenções= 4 (quatro); Total de votantes = 104  
1025 (cento e quatro). Proposta é rejeitada. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos**  
1026 **Monaco**: “Item 4: inscrição previa de chapas. Os subitens 4.1 e 4.2 são muito  
1027 semelhantes. Pelo primeiro, teríamos a inscrição de chapas com a indicação do  
1028 candidato a reitor e indicação do candidato a vice-reitor, com a apresentação  
1029 de um programa de gestão. Isso implica na alteração dos artigos 36 e 40. O  
1030 artigo 40 é aquele que dispõe sobre a vacância, isso está no item 4.1.1, que  
1031 fica colocado em votação em conjunto com o item 4.1. Teríamos, também, a  
1032 inclusão do artigo 4-A nas disposições transitórias, porque não é possível  
1033 retirar o mandato da pessoa que hoje ocupa a Vice-Reitoria. Se ocorrer  
1034 eventual vacância desse cargo e quando ocorrer, seja por decurso do prazo,  
1035 seja porque a pessoa pede para cessar a designação porque, eventualmente,  
1036 assume a reitoria ou renúncia ou acontece uma outra coisa, então o vice  
1037 assume, ou seja, a assembleia universitária, seja ela qual for, saberá que esse  
1038 primeiro vice-reitor a ser eleito terá um mandato menor do que quatro anos. No  
1039 caso de aprovação, o subitem 4.2 ficaria prejudicado, porque ele diz quase a  
1040 mesma coisa, só que não exige a inscrição prévia de um programa de gestão.  
1041 E, então, passaríamos para o item 4.3 e se este não for aprovado, passamos  
1042 para o item 4.2.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu**: “Quero defender o  
1043 que está no documento dos diretores, a proposta de inscrição previa de chapas  
1044 e apresentação de programa de gestão. Discutimos bastante e entendemos  
1045 que um dos princípios básico da reforma deve ser, por um lado, a  
1046 transparência e, por outro lado, a abertura, a participação. A abertura e a  
1047 participação significam, também, publicização dos programas e dos candidatos.  
1048 A ideia é de que chapas permitem uma certa unidade na gestão de uma  
1049 universidade. Dessa forma, temos uma reitoria que é composta por um reitor e  
1050 um vice-reitor e, portanto, de alguma maneira, há uma certa uniformidade nas  
1051 políticas que serão implementadas ao longo de um processo de gestão. E a  
1052 apresentação de um programa é para que se tornem bastante claros quais são  
1053 os compromissos firmados pelas chapas e esses compromissos possam ser  
1054 monitorados, acompanhados e criticados ao longo da gestão. Assim, a ideia é



1055 de que estamos inteiramente favoráveis. Achamos que é uma medida que  
1056 melhora a comunicação dos candidatos com a comunidade, com os eleitores e  
1057 que permite, portanto, uma maior transparência às futuras candidaturas.  
1058 Podemos distinguir melhor quem são os candidatos, quais são as propostas e  
1059 como elas poderão ser viabilizadas, ou não.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de**  
1060 **Campos Monaco**: “Apenas complementando, isso implica, também, na  
1061 supressão do artigo 38, que hoje regulamenta a eleição de vice-reitor”. **M.**  
1062 **Reitor**: “Esclareço que aqueles que votarem ‘sim’ aceitam a questão da chapa  
1063 com programa de gestão. Isso é muito salutar, pois uma das falhas do nosso  
1064 sistema eleitoral atual é que não precisa se inscrever. De forma que seria  
1065 interessante, mas cada um vote como desejar. Quem votar ‘sim’, vota inclusive  
1066 aquela questão das provisórias e da adequação do mandato do vice-reitor na  
1067 primeira vez. Os que votarem ‘não’, continua da forma atual.” O Senhor  
1068 Secretário Geral esclarece que para ser aprovada a proposta são necessários  
1069 80 votos. A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**: Pelo painel  
1070 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim= 108 (cento e oito) votos; Não =  
1071 0 (zero); Abstenções= 1 (um); Total de votantes = 109 (cento e nove).  
1072 Aprovada a proposta de inscrição com chapa e com apresentação do programa  
1073 de gestão. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: “A aprovação do  
1074 subitem 4.1 com o subitem 4.1.1 prejudica a análise do subitem 4.2. Em  
1075 seguida passamos a análise do 4.3, que é uma proposta de que na chapa,  
1076 além da indicação do candidato a reitor e vice-reitor, faça-se previamente a  
1077 indicação dos quatro pró-reitores. Nesse caso, teríamos que suprimir o artigo  
1078 16, item 9 do Estatuto, que dá competência para o Conselho Universitário  
1079 homologar as indicações e incluir no artigo 36 essa previsão.” **M. Reitor**: “Vou  
1080 expor uma opinião pessoal e sigam se quiserem. A administração precisa  
1081 funcionar com certas indicações e se elas vierem totalmente engessadas, isso  
1082 é benéfico por um lado, mas é muito pior por outro. A luta começa no primeiro  
1083 ano e não no último semestre do terceiro ano do mandato. Portanto, penso que  
1084 seria salutar que a indicação continuasse como é, ou seja, a cada dois anos o  
1085 Conselho homologa os pró-reitores. Assim, pelo menos, o tempo de  
1086 beligerância é menor.” **Cons. Tomás Costa de Azevedo Marques**: “Tenho um  
1087 pedido de esclarecimentos ao procurador em relação ao quórum para  
1088 aprovação, por causa da saída da representação”. **Secretário Geral**: “O

1089 quórum é dois terços, porque quando a pauta saiu, a representação discente  
1090 não havia feito a indicação que lhe cabe. Havia feito a indicação de apenas  
1091 seis representantes discentes. Entre a pauta sair e o dia de hoje, indicaram  
1092 mais dois representantes, por isso essa alteração na pauta e o número  
1093 informado, que é de 80, para dois terços.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de**  
1094 **Campos Monaco**: “Dois terços do número total dos membros, pouco  
1095 importando as ausências.” **M. Reitor**: “Votemos enquanto é tempo. Votando  
1096 ‘não’ permanece como está.” **Secretário Geral**: “Votando ‘sim’, a inscrição da  
1097 chapa prevê a indicação dos pró-reitores.” **M. Reitor**: Vejam, é muito claro.  
1098 Cada um vote como quiser, mas com consciência. O ‘sim’ a chapa é maior. O  
1099 ‘não’ é aquele que você elege a chapa, mas a escolha dos pró-reitores  
1100 continua submetida ao Conselho, de dois em dois anos. Todos estão  
1101 esclarecidos?” **Cons. Tomás Costa de Azevedo Marques**: “Gostaria de saber  
1102 se pode ter debate, defesa.” **M. Reitor**: “Claro”. **Cons. Tomás Costa de**  
1103 **Azevedo Marques**: “Tenho uma pergunta que serve para os próximos pontos.  
1104 A Associação de Pós-graduandos - APG, protocolou, junto com o Diretório  
1105 Central dos Estudantes - DCE, uma proposta que colocava uma discussão  
1106 neste sentido da questão dos pró-reitores. Porque, hoje, vemos que existe uma  
1107 confusão sobre qual o papel dos pró-reitores. A concepção no atual modelo  
1108 permite ao pró-reitor ter, tanto um papel executivo como dar as diretrizes da  
1109 política universitária. Mas, na verdade, esse não é o papel do pró-reitor. O pró-  
1110 reitor tem o papel de representar o Conselho, que é formado por membros que  
1111 são representantes das suas unidades. Entendemos que o pró-reitor deve ser  
1112 eleito pelo próprio Conselho Universitário, porque o papel do pró-reitor é  
1113 meramente executivo e não de pensar as diretrizes da política universitária.  
1114 Esse papel de diretrizes cabe aos Conselhos - Conselho de Pós-Graduação e  
1115 Conselho de Graduação. Diante disso, acreditamos que nada mais justo do  
1116 que o pró-reitor ser indicado pelo próprio Conselho Universitário.” **M. Reitor**: “O  
1117 pró-reitor é homologado pelo Conselho Universitário. Para manter isso você  
1118 tem que votar ‘não’. Se você votar ‘sim’, serão todos eleitos e teremos, em vez  
1119 de dois, seis eleitos e mantidos por quatro anos.” **Cons. Tomás Costa de**  
1120 **Azevedo Marques**: “Sim, mas o problema é que ele é indicado.” **M. Reitor**:  
1121 “Concordo com suas colocações e é claro que as estruturas têm que ser  
1122 sempre aperfeiçoadas. Mas, se nesse momento formos por essas

1123 generalidades e especificações - que são importantes, mas que podem ser  
1124 mudadas depois, não conseguiremos aprovar. Isso não é coerção, de maneira  
1125 nenhuma. Fui diretor e sei que, por exemplo, tinham muitas coisas na unidade  
1126 que éramos responsabilizados e sequer sabíamos o que tinha acontecido na  
1127 própria Comissão de Graduação da própria unidade. Entendo que o que temos  
1128 que votar agora é se queremos que os pró-reitores sejam eleitos para os  
1129 próximos quatro anos junto com os mandatários reitor e vice-reitor. E no  
1130 próximo semestre discutiremos o papel de cada um, mas não com eleição  
1131 direta e mantendo por quatro anos todos juntos, sem que possa haver uma  
1132 coordenação melhor através da indicação e da votação do Conselho  
1133 Universitário, inclusive, depois de dois anos reconduzindo ou não esses pró-  
1134 reitores, como ocorreu com os quatro nessa gestão. Mas entendo a colocação  
1135 do Conselheiro. Gostaria de falar mais alguma coisa?" **Cons. Sérgio França**  
1136 **Adorno de Abreu**: "Quero apenas reforçar a não aprovação dessa proposta,  
1137 porque, de fato, em uma gestão democrática tem que ter equilíbrio entre  
1138 funções executivas e funções legislativas. As pró-reitorias implementam uma  
1139 política geral definida, por exemplo, durante as eleições." **M. Reitor**:  
1140 "Principalmente agora que foi aprovado tudo isso." **Cons. Sérgio França**  
1141 **Adorno de Abreu**: "Se votarmos e dermos nossa confiança como eleitores a  
1142 uma reitoria - entendo reitoria como um reitor e uma vice-reitoria - supõe-se  
1143 que o Reitor tem a capacidade de escolher seus melhores assessores nas pró-  
1144 reitorias." **M. Reitor**: "E nunca se arrepender dela." **Cons. Sérgio França**  
1145 **Adorno de Abreu**: "Cabe a este Conselho aprovar ou não aprovar, quero dizer  
1146 que temos uma margem muito boa para dizer que não aceitamos, porque não  
1147 são as pessoas. De forma que encaminharia pela não acolhida dessa  
1148 proposta." A seguir, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**: Pelo painel  
1149 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim= 2 (dois) votos; Não = 100  
1150 (cem); Abstenções= 2 (dois); Total de votantes = 104 (cento e nove). Aprovada  
1151 a proposta de chapa sem a indicação de pró-reitores. **Prof. Dr. Gustavo**  
1152 **Ferraz de Campos Monaco**: "O item 5 é uma proposta para que o eleitor, que  
1153 hoje pode votar em até três nomes e que agora passa a votar em até três  
1154 chapas, passe a poder votar em apenas uma chapa. É a única proposta neste  
1155 sentido. Não há outra proposta, de modo que esta, seja lá qual for o resultado  
1156 que tenhamos, passamos para o item 6." **M. Reitor**: "É claro que se pode falar

1157 que se vota em três, mas se votando em três, no fundo você agrada a três,  
1158 mas a solução da eleição fica aleatória. Porque basta um grupo pequeno votar  
1159 só em um, que é ele que vai resolver, pensem nisso.” **Prof. Dr. Gustavo**  
1160 **Ferraz de Campos Monaco**: “Se me permite, também é uma decorrência da  
1161 seguinte situação: até hoje todos os professores titulares eram, potencialmente,  
1162 passíveis de receberem votos, a partir de agora, só aqueles que se  
1163 inscreverem. Pode ser que tenhamos duas, três, quatro, cinco, dez, vinte  
1164 chapas, mas a partir do momento que se diminui o espectro de elegíveis, a  
1165 proposta do Instituto de Física vai no sentido de que se diminua, também, o  
1166 número de votos possíveis de serem dados.” **M. Reitor**: “Vocês sabem que o  
1167 Instituto de Física nunca erra, mesmo quando erra.” **Cons. Sérgio França**  
1168 **Adorno de Abreu**: “Neste caso, também encaminho pela não aprovação, que  
1169 significa manter um voto por eleitor, mas em até três chapas. Acho que isso é  
1170 uma medida salutar e enriquece o processo democrático. Dessa forma, a  
1171 eleição vai ficar mais competitiva e os candidatos vão pensar duas ou três  
1172 vezes se eles querem se candidatar”. **M. Reitor**: “Então vamos poder continuar  
1173 votando em três.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu**: “Exatamente. É  
1174 uma medida salutar, não pulveriza tanto os votos, deixa os votos,  
1175 eventualmente, melhor distribuídos. E penso que é uma proposta que traz uma  
1176 prática que devemos assegurar aqui dentro da Universidade.” **Cons. José**  
1177 **Otávio Costa Auler Júnior**: “Vamos supor, em uma hipótese remota, que só  
1178 tenha uma chapa.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: “Só pode  
1179 votar em uma.” **M. Reitor**: “Há uma impossibilidade material.” **Cons. Prof. Dr.**  
1180 **José Otávio Costa Auler Júnior**: “É obrigado a ter três chapas?” **M. Reitor**:  
1181 “Não. Se tiver só uma é impossível materialmente votar em três.” **Cons. Prof.**  
1182 **Dr. José Otávio Costa Auler Júnior**: “Estou entendendo. Então, não tem essa  
1183 questão da lista tríplice, é uma só, até três.” **M. Reitor**: “Agora, para fazer o  
1184 que o Cons. Sérgio Adorno falou precisamos votar 'não'. Aqueles que quiserem  
1185 que se vote em uma única, precisa votar 'sim'.” **Cons. Márcio Mattos Borges**  
1186 **de Oliveira**: “Uma questão importante que penso que devemos levar em  
1187 consideração é que nossa eleição não elege o Reitor, mas ela forma uma lista  
1188 tríplice que deve ser apresentada ao Governador. E dependendo de como e da  
1189 quantidade de chapas inscritas e como se distribuírem os votos, pode ser que a  
1190 lista tríplice formada não contenha cinquenta por cento dos votos do eleitorado.

1191 Nesse caso, acho que seria prudente que tivéssemos algo no seguinte sentido:  
1192 procede a voto único a cada chapa, caso a lista tríplice componha mais de  
1193 cinquenta por cento dos votos, ou seja, o primeiro candidato, o segundo  
1194 candidato e o terceiro candidato que farão parte da lista tríplice some mais que  
1195 cinquenta por cento dos votos, a lista tríplice está fechada. Caso contrário,  
1196 teríamos uma segunda votação com apenas cinco chapas, no máximo cinco  
1197 chapas, para que se garanta que a lista tríplice represente mais que cinquenta  
1198 por cento das intenções de votos.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos**  
1199 **Monaco**: “Senhor Conselheiro, esse é o item 6. É o próximo a ser discutido.”  
1200 **Cons. Márcio Mattos Borges de Oliveira**: “Já me adiantei, mas fica aqui  
1201 minha defesa para o próximo item.” **Cons. Alejandro Szanto de Toledo**:  
1202 “Queria defender a ideia de voto único porque, uma vez que foi definida a  
1203 inscrição por chapa, se tivermos uma, duas ou três chapas e votarmos em até  
1204 três chapas, não fica clara a manifestação da vontade do Colegiado. Porque  
1205 todas as chapas farão parte com números expressivos ou semelhantes da lista.  
1206 Consequentemente, se votarmos em uma única chapa, fica muito mais clara a  
1207 vontade do Colegiado, uma vez que define melhor sua opção. Dessa forma,  
1208 entendemos, como o Instituto de Física, que a eleição com o voto único torna  
1209 mais claro o desejo da comunidade.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**:  
1210 “Manifesto-me no mesmo sentido do Prof. Sérgio Adorno, até porque essa é  
1211 parte integrante da proposta elaborada pelo coletivo de diretores, onde a  
1212 preocupação fundamental foi precisamente buscar aquele consenso mínimo,  
1213 considerando a necessidade de um quórum qualificado para alteração. E um  
1214 desses consensos mínimos era precisamente a importância de, neste  
1215 momento, eliminar um segundo turno. É bem verdade que a proposta  
1216 apresentada agora, em última instância, abre a possibilidade de um segundo  
1217 turno com o mesmo Colegiado. Ainda assim, continuo convencido de que há a  
1218 possibilidade de votar em até três candidatos. Não significa necessário, ou  
1219 seja, o voto é único, cada eleitor vota uma vez, mas ele pode votar em até três  
1220 chapas. Na perspectiva da abertura do processo em discussão é bastante  
1221 razoável supor que teremos um número subsignificativo de chapas e,  
1222 obviamente, altamente impensável a possibilidade de que todos os eleitores  
1223 votassem em três chapas e, portanto, criassem uma situação de desempate.  
1224 Portanto, parece-nos que não há necessidade agora, do ponto de vista deste

1225 avanço, de um segundo turno. De qualquer maneira, acho fundamental lembrar  
1226 que é parte constitutiva da proposta dos diretores e vai aparecer no item 13,  
1227 que na primeira reunião do Conselho Universitário, no ano que vem, nós  
1228 aprofundemos as discussões para além exclusivamente da eleição de reitor e,  
1229 seguramente, a experiência desse primeiro momento, poderá nos informar no  
1230 sentido de uma eventual alteração. Neste momento, realmente, não estou  
1231 inteiramente convencido de que seja necessário.” **M. Reitor:** “Eu lembro que a  
1232 questão dos dois turnos só será resolvida no ponto 6 e estamos no ponto 5. Se  
1233 pararmos por aqui, fizemos algumas mudanças nas eleições, mas não  
1234 acabamos com o segundo turno; embora tenha chapa.” **Cons. Rafael do**  
1235 **Anjos:** “Nosso encaminhamento é no sentido do voto único, porque não dá  
1236 para ficar em um meio termo, e o mais ou menos está muito ruim. Não dá para  
1237 ficar assim, ou se está de um lado ou está de outro. Se votar em três pessoas,  
1238 no fundo, no fundo acaba se criando um problema de não se saber quem vai  
1239 ser eleito. Acaba sendo eleito o menos rejeitado. Então, temos que ser firmes  
1240 na conduta, isso deve ficar claro. Tem que ser voto único.” **M. Reitor:** “Quem  
1241 votar sim é uma chapa, quem votar não é até três chapas.” A seguir, o **M.**  
1242 **Reitor** passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte  
1243 resultado: Sim= 36 (trinta e seis) votos; Não = 67 (sessenta e sete);  
1244 Abstenções= 0 (zero); Total de votantes = 103 (cento e três). Proposta  
1245 rejeitada. Aprovado: vota-se em até três chapas. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de**  
1246 **Campos Monaco:** “O item 6.1 é o item que propõe que haja um único turno de  
1247 votação. Apuram-se os votos e compõe-se a lista tríplice, que será  
1248 encaminhada ao Governador. É o subitem 6.1 do parecer e, em caso de  
1249 aprovação, passamos direto ao item 8, porque os outros ficam prejudicados. O  
1250 item 7 seria do quórum do segundo turno, em caso de não aprovação, votamos  
1251 o item 6.2, que é a proposta de que haja segundo turno, se nenhuma das  
1252 chapas atingir a maioria absoluta no primeiro turno.” **Cons. Paulo Antonio de**  
1253 **Carvalho Fortes:** “Quero apenas manifestar que não saiu na lista a  
1254 Congregação da Faculdade de Saúde Pública a favor de um único turno.” **M.**  
1255 **Reitor:** “É muito simples, se puderem, por favor, expressem se é por um ou se  
1256 é por dois, para que isso conste.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** “Na  
1257 proposta dos diretores este é um dos argumentos de maior apoio, ou seja,  
1258 fazer a eleição em um único turno. Os diretores discutiram e estamos

1259 convencidos que o segundo turno, muitas vezes, anula um processo eleitoral  
1260 legítimo com Colégio mais amplo, porque no segundo turno, são feitas outras  
1261 negociações, que não são negociações transparentes. Então, a ideia de fazer  
1262 um único turno é garantir que a vontade dos eleitores tenha supremacia sobre  
1263 o processo eleitoral. Estamos aqui defendendo que esta é uma medida  
1264 fundamental para tornar estas eleições cada vez mais transparentes e  
1265 democrática, e esta proposta recebeu quase cem por cento de apoio, se não foi  
1266 cem por cento.” **M. Reitor:** “E diria que das propostas que vieram essa é a  
1267 mais aberta, embora não seja tão aberta, mas se deixamos como está,  
1268 continuamos com um segundo turno que possibilita maiores conversações.  
1269 Isso não é uma crítica a tudo que aconteceu nos últimos anos. Os tempos  
1270 mudam e nós mudamos com ele. Portanto, não estou fazendo crítica ‘A’, ‘B’ ou  
1271 ‘C’, mas estamos falando em aperfeiçoamento.” **Cons. Marcio Mattos Borges**  
1272 **de Oliveira:** “É nesse sentido mesmo que o senhor estava começando a  
1273 colocar que solicito um esclarecimento. Justamente sobre as condições para  
1274 ter segundo turno. Quando seria? Como seria? Qual percentual atinge maioria  
1275 simples? Da chapa mais votada ou da soma das três? Isso é algo muito  
1276 importante.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** “A proposta como  
1277 veio, vota-se, apura-se o resultado e as três chapas mais votadas compõem a  
1278 lista tríplice, ainda que elas não tenham atingido maioria absoluta de votos.”  
1279 **Cons. Marcio Mattos Borges de Oliveira:** “Então, neste caso, se eu tiver um  
1280 número elevado de chapas é possível que tenha um percentual de  
1281 representatividade do total de eleitores pequeno nesta lista tríplice, concorda?  
1282 Por exemplo, uma chapa pode ter 17, outra 15 e outra 8%. Nada impede. Pode  
1283 ser que um dos nomes da lista tríplice, com uma pequena votação, dada uma  
1284 pulverização pelo número elevado de chapas, seja escolhido e está tudo certo  
1285 com apenas 8% do número dos votos. Essa é a preocupação que coloco para  
1286 ser analisada, porque quem vai votar, uma vez votado, está resolvido e temos  
1287 que arcar com uma eventual possibilidade – que não é certa e, provavelmente,  
1288 não - que tenha um Reitor eleito com uma quantidade muito pequena de votos,  
1289 caso o número de chapas seja elevado. É verdade, mas neste caso e, somente  
1290 neste caso, se tivesse a soma dos votos dos três primeiros candidatos abaixo  
1291 de cinquenta por cento, promoveria um segundo turno. É só uma questão para  
1292 manter a maioria.” **M. Reitor:** “O que eu pergunto é o seguinte: essa proposta

1293 está em 6.2, de forma que se votamos 'sim' agora, nós aprovamos apenas um  
1294 turno. E se votamos no 6.2, juntamos isso a essa questão. É isso?" **Prof. Dr.**  
1295 **Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: "Não. Se ela for aprovada nós  
1296 passamos direto para o ponto 8." **M. Reitor**: "Então não temos a dois. Claro  
1297 que tudo o que aprovamos é alguma melhora, mas está longe da perfeição.  
1298 Mas, o que é melhor hoje? Não estou falando do passado. Aprovarmos um  
1299 turno e correr o risco, primeiro quando é chapa, os candidatos tem que se  
1300 juntar dois a dois, então vai diminuir normalmente, é óbvio. Mas, mesmo que  
1301 isso não aconteça, o que é melhor que aconteça esse ano ou até que vocês  
1302 mudem outra vez: é melhor ter um número pequeno ou é melhor continuarmos  
1303 com segundo turno, como hoje? O bom é que ele é melhor ou pior de acordo  
1304 com a alternativa. E a alternativa que temos é assim: se não for aprovado um  
1305 turno agora, nós teremos dois turnos - fica como antes. Realmente, seria  
1306 melhor correr o risco de termos um número pequeno, mas ser a maioria da  
1307 vontade, do que a possibilidade de haver uma reversão completamente no  
1308 segundo turno por um Colégio extremamente pequeno. Votem como acharem  
1309 melhor." **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior**: "Quero reforçar a proposta do  
1310 Cons. Sérgio Adorno e chamar a atenção de que esse é o ponto crucial da  
1311 proposta. Mesmo com os riscos que o Cons. Marcio Mattos Borges de Oliveira  
1312 levantou. Acho que não podemos nos dividir neste momento, em relação a  
1313 essa votação, pois correríamos um risco muito grande de irmos para dois  
1314 turnos e, depois, não aprovarmos o segundo turno igual ao primeiro e ficar tudo  
1315 como está. Então, acho que é interessante todos prestar atenção na votação,  
1316 porque todos os riscos que o M. Reitor falou já acontecem hoje. Na última lista  
1317 tríplice, ninguém teve 50% dos votos e, se tiver um segundo turno com o  
1318 mesmo Colégio, a chance de ter o mesmo resultado do primeiro é muito grande  
1319 também. Não vejo vantagens, mas seria um risco nos dividirmos agora, nesta  
1320 votação que está indo muito bem." **M. Reitor**: "O Professor Márcio tem razão,  
1321 mas isso pode ser corrigido depois. Vamos, pelo menos, mudar o principal."  
1322 **Cons. Marcio Mattos Borges de Oliveira**: "Não estou encaminhando em  
1323 relação a uma ou outra coisa, o que estou dizendo é que vamos ter que  
1324 apresentar para a sociedade o que decidimos aqui. Existindo a possibilidade,  
1325 teremos que ser firmes. Fizemos um avanço, mas lá fora temos que ser firmes,  
1326 porque a mudança não é perfeita e pode levar a algum tropeço." **M. Reitor**:



1327 “Claro. Tudo que fazemos leva a tropeço, mas acho que o Conselheiro Márcio  
1328 tem razão.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu**: “Endosso as palavras do  
1329 Cons. Carlos Carlotti, mas lembro que este mecanismo atual, com dois turnos,  
1330 é que tem sido alvo de uma série de problemas. Vocês lembram - não vou citar  
1331 nomes - de uma candidata que foi muito bem votada no primeiro turno, estava  
1332 primeira da lista e quando chegou o segundo turno, ela foi excluída da lista.  
1333 Penso que estamos em um processo e este vai implicar no aperfeiçoamento.  
1334 Neste momento temos que desarmar os hábitos arraigados que criam vícios no  
1335 processo eleitoral. E no aperfeiçoamento estatutário, vamos descobrir se valeu  
1336 a pena este modelo ou não. Aposto que não haverá tantas chapas. Acho que  
1337 para uma chapa sair agora na rua, ela tem que estar muito convencida do que  
1338 vai apresentar à comunidade. De forma que este será um processo eleitoral  
1339 mais competitivo e mais seletivo”. **M. Reitor**: “Lembro que o 'sim' significa o  
1340 único turno e o 'não' mantém como está.” A seguir, o **M. Reitor** passa à  
1341 votação. **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim=  
1342 106 (cento e seis) votos; Não = 1 (um); Abstenções= 1 (um); Total de votantes  
1343 = 108 (cento e oito). Aprovado: votação em turno único. **M. Reitor**: “Passamos  
1344 ao ponto 8, que trata da composição da Assembleia Universitária do primeiro  
1345 turno.” **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: “A primeira proposta  
1346 do subitem 8.1, se aprovada, prejudica todas as demais, ela consiste em uma  
1347 eleição direta sem ponderação de votos. **M. Reitor**: “Esse é um ponto  
1348 importante e podemos votar, se houver consenso, de forma rápida. São 120 mil  
1349 eleitores, quem tiver mais votos ganha. Se votarmos 'sim' nesta proposta, a  
1350 Assembleia passa a ser todos os alunos, todos os funcionários, todos os  
1351 professores, sem ponderação de votos.” **Cons. Carlos Eduardo Batista de**  
1352 **Souto Alves**: “Lembro que a proposta do DCE está colocada junto com a do  
1353 SINTUSP, mas, na verdade, é uma proposta diferente. É uma proposta de  
1354 eleição solitária, em que todos da comunidade universitária votariam. E cada  
1355 categoria teria o peso de um voto”. **M. Reitor**: “Está no processo isso?” **Cons.**  
1356 **Carlos Eduardo Batista de Souto Alves**: “Sim”. **M. Reitor**: “É que consultei  
1357 agora e tenho a impressão que não, pelo menos, no processo que recebemos.  
1358 Professor Gustavo poderia falar alguma coisa em relação à colocação?” **Prof.**  
1359 **Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: “Quando elaborei o parecer houve  
1360 propostas que talvez não tenha chegado integralmente às minhas mãos.”

1361 **Secretário Geral:** “Todas as propostas recebidas na Secretaria foram  
1362 encaminhadas à Procuradoria e estão no processo.” **M. Reitor:** “Precisamos  
1363 verificar isso, porque se a proposta encaminhada é paritária não é essa, é  
1364 outra.” **Secretário Geral:** “Essa é do SINTUSP.” **Cons. Phillipe Pessoa de**  
1365 **Santana:** “Quero pedir, por favor, um esclarecimento do Secretário ou, talvez,  
1366 da Procuradoria Geral, porque em ofício, o Pró-Reitor, aos nove de julho,  
1367 convocou esse debate sobre a Democracia. No ofício, estava claro para mim,  
1368 enquanto Conselheiro, que as propostas que fossem encaminhadas pela  
1369 Secretaria seriam apreciadas. Gostaria apenas de um esclarecimento nesse  
1370 sentido, porque as propostas que fossem encaminhadas pelas congregações  
1371 das unidades e órgãos seriam apreciadas neste Conselho.” **M. Reitor:**  
1372 “Inclusive de pessoas físicas, se fosse o caso.” **Cons. Phillipe Pessoa de**  
1373 **Santana:** “Não está claro no documento. O que mais surpreende é o fato de  
1374 que a descrição da pauta mais detalhada sobre as propostas, estão as  
1375 propostas encaminhadas pelas congregações, as propostas inscritas pelas  
1376 unidades através de seus diretores e propostas de alguns membros dos  
1377 conselhos representantes de categorias e pessoas físicas. No entanto, as  
1378 propostas das entidades não estão discriminadas na pauta. Isso foi prejudicial  
1379 para a compreensão do documento como um todo, embora, no parecer da  
1380 Procuradoria, em alguns momentos apareça a defesa das propostas inscritas  
1381 pelas entidades. Quando recebo o documento não consigo apreciá-lo de  
1382 maneira completa, uma vez que não estavam descritas as propostas dessas  
1383 entidades. Então gostaria de entender por que houve essa mudança em  
1384 relação ao que estava escrito. Acho que é até legal, mas se fosse possível que  
1385 os conselheiros subscrevessem propostas individuais, isso poderia ser  
1386 publicizado, porque eu não sabia.” **M. Reitor:** “O Conselheiro está dizendo  
1387 sobre esse aspecto específico? Está falando genericamente sobre isto, em  
1388 especial, da questão da ponderação, é isso?” **Cons. Sr. Phillipe Pessoa de**  
1389 **Santana:** “Sim é sobre isso. Queria, sinceramente, esse esclarecimento porque  
1390 não fui informado de que poderia ser inscrita propostas individuais. Não  
1391 entendo por que não estão aqui discriminadas as propostas das entidades. E,  
1392 em relação às propostas das entidades, quando lemos, ficou faltando e ficou  
1393 mal interpretada a posição do Diretório Central dos Estudantes - DCE e da  
1394 própria Associação de Pós-Graduando da Capital, que protocolaram um ofício,

1395 no qual fica bem claro que eles defendem um voto com ponderação, no  
1396 entanto, paritário e que respeite a proporção entre as categorias e as coloque  
1397 um terço. O que seria mais factível, no momento, seria a inclusão de um item  
1398 8.1 que contemplasse as demandas dessas entidades.” **M. Reitor:**  
1399 “Conselheiro, se não houver objeção, poderíamos fazer isso, porque não muda  
1400 fundamentalmente. Estava conversando com o Procurador Geral e nós  
1401 poderíamos votar esta proposta e, em seguida, colocar essa ponderação.  
1402 Porque isso não muda fundamentalmente, o que muda é um número.” **Prof. Dr.**  
1403 **Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** “O parecer da CLR diz que todas as  
1404 propostas poderiam ser levadas à votação, de modo que não estamos  
1405 alterando substancialmente aquilo que foi decidido pela CLR. E não tenho  
1406 problema nenhum de admitir que uma das propostas escapou.” **M. Reitor:**  
1407 “Muito bem. Isso é normal, poderíamos incluir isso no rol. Qual a ponderação?  
1408 Só para vermos onde ela fica.” **Cons. Sr. Phillipe Pessoa de Santana:** “A  
1409 ponderação proposta pelo Diretório Central e pela Associação é paritária.  
1410 Assim, seria: um terço, um terço e um terço. Então o item 8.2 é 70-15-15, 8.3  
1411 70-23-23 e a nossa seria 33-33-33.” **M. Reitor:** Existe alguma objeção à  
1412 criação disso?” **Cons. Sr. Phillipe Pessoa de Santana:** “Apenas para constar,  
1413 gostaria, ainda, de esclarecimentos sobre o encaminhamento das propostas a  
1414 esse Conselho. Muito obrigado.” **Cons. Prof. Dr. Flávio Ulhoa Coelho:** “Tenho  
1415 duas colocações. A primeira é uma proposta de encaminhamento de votação  
1416 desse item específico e depois, faço defesa de minha opinião. Vejo que temos  
1417 os itens 8.1, 8.2, 8.3, 8.4 e agora a outra proposta, que seria de um terço, um  
1418 terço e um terço. Todos eles levam em consideração eleição direta e algum  
1419 tipo de ponderação ou nenhuma ponderação. Acho que poderíamos fazer uma  
1420 primeira votação, se queremos eleição direta ‘sim’ ou ‘não’. E então, ganhando  
1421 a eleição direta, vamos discutir qual a ponderação que queremos. Se perder a  
1422 eleição direta, já passamos para o item 8.5. Acho que facilitaria um pouco a  
1423 discussão nesse sentido. Essa é minha proposta de encaminhamento para  
1424 esse item. Acho que todas as propostas estariam satisfeitas, inclusive esta  
1425 nova que foi incluída agora, mas entendo que é até uma proposta histórica de  
1426 vários grupos, mas acho que facilitaria nossa vida aqui.” **M. Reitor:** “Pergunto  
1427 se há alguma objeção a essa proposta. Há um consenso, ou seja, a falta de  
1428 colocação contrária ostensiva. Alguém obstaria de que se colocasse essa

1429 proposta: direitas 'sim', então passamos para as ponderações? Havendo uma  
1430 objeção é melhor não fazermos.” **Cons. Flávio Ulhoa Coelho**: “Seria  
1431 interessante saber qual seria a objeção, talvez seja uma coisa que dê para  
1432 trabalhar, porque acho que todas as propostas seriam contempladas nisso.  
1433 Passarei à defesa da minha opinião. No grupo dos diretores, fizemos uma  
1434 reunião bastante produtiva em vários desses aspectos levantados. E um dos  
1435 itens levantados foi exatamente esse, ou seja, a eleição direta. Entre os  
1436 diretores foi votado e a grande maioria não quis a eleição direta,  
1437 independentemente da ponderação que tivesse. Encaminho no sentido da  
1438 proposta dos diretores de ‘não’ à eleição direta. Nossa proposta, neste  
1439 momento, é de manter o colégio eleitoral que já existia no primeiro turno, sem  
1440 prejuízo de que no próximo ano encontre-se um modelo um pouco melhor.  
1441 Acho que se conseguirmos fazer essa primeira votação de eleição direta 'sim'  
1442 ou 'não', facilitaria um pouco, senão vamos ter que fazer cinco votações. Isso  
1443 vai demorar um certo tempo.” **Cons. Tomás Costa de Azevedo Marques**:  
1444 “Dependendo como a mesa encaminhar, gostaria de fazer a defesa de uma  
1445 das propostas.” **M. Reitor**: “Haverá a votação se termos eleição direta ou não.  
1446 E não estou falando isso por um objetivo pessoal, porque se quiserem saber  
1447 minha opinião, minha preferência seria que todos podem votar, todos que  
1448 quiserem, mas há uma ponderação. Não estou advogando a causa dos  
1449 diretores porque eu acho que essa é a melhor, mas pelo que o Conselheiro  
1450 acaba de dizer agora, pois parece que é a única que seria possível agora.  
1451 Lembro que precisamos de 81 votos.” **Cons. Phillipe Pessoa de Santana** :  
1452 Gostaria de saber, pois não estou encontrando na pauta, se há alguma  
1453 proposta que não envolve eleição direta.” **M. Reitor**: “Sim, a manutenção do  
1454 Colégio tal qual é; e há uma proposta intermediária também.” **Cons. Phillipe**  
1455 **Pessoa de Santana**: “Solicito um esclarecimento sobre a pauta a Procuradoria  
1456 Geral e aos diretores, sobre a proposta encaminhada. Se votamos, neste  
1457 momento, o ponto 8, em relação a não haver eleições direta, não havia a  
1458 expansão do Regimento neste sentido. O que acontece com a proposta de  
1459 resolução referente ao item 12, consultaria a comunidade?” **M. Reitor**: “Não  
1460 tem nada haver uma coisa com a outra. Agora, claro, se votássemos  
1461 favoravelmente para votar todo mundo, não teria sentido ter a consulta à  
1462 comunidade. Se 120 mil votam a consulta é a eleição.” **Cons. Mariana Queen**

1463 **Ifeyinwaeze Nwabasili**: “Gostaria de saber se existe objeção ou consenso  
1464 quanto à proposta de eleição direta 'sim' ou 'não'. Não entendi, peço  
1465 esclarecimento.” **M. Reitor**: “Lembro que não fui eu que formulei a proposta,  
1466 mesmo porque achei que não se deveria fazer nenhuma sugestão direta no  
1467 que tange à questão da eleição. Muitas coisas que não forem decididas, não é  
1468 porque o Conselho decidiu que está afastado até um segundo momento, mas  
1469 houve um comprometimento desse conjunto de diretores, cujo maior número  
1470 ainda estará no Co no próximo ano, de continuar discutindo e para garantir,  
1471 ainda hoje, que isso será discutido no próximo ano. Entre outras coisas está a  
1472 questão da Estatuinte e a questão da eleição direta. O problema é saber se  
1473 nessa próxima eleição vamos deixar o sistema anterior ou não.” **Cons.**  
1474 **Mariana Queen Ifeyinwaeze Nwabasili**: “Sim. É nesse sentido mesmo,  
1475 entendi que as eleições diretas para reitor 'sim' ou 'não' vão influenciar nas  
1476 eleições desse ano. Mas o que entendo dos encaminhamentos das propostas  
1477 que foram feitas pelas Congregações é que a eleição direta seria para esta  
1478 eleição, com ponderação de votos e proporcionalidade para esse ano 'sim' ou  
1479 'não'. Acho que a proposta de encaminhamento exclui a análise e apreciação  
1480 para essa eleição. Foi isso que entendi e não acho isso positivo. As  
1481 Congregações discutiram e as propostas foram encaminhadas para esse  
1482 Conselho Universitário antes da eleição.” **Cons. Flávio Ulhoa Coelho**:  
1483 Esclareço à Conselheira que nenhuma proposta será excluída. A proposta que  
1484 estou fazendo é apenas de organização da votação. Todas elas vão ser  
1485 consideradas. Agora, todas elas incluem eleição direta com ponderação 'x' ou  
1486 'y', ou o que quer que seja. Se votamos eleição direta 'sim' ou 'não', isso vai levar  
1487 ao seguinte: se votar 'sim', vou escolher qual a ponderação que esse plenário  
1488 quer; se votar 'não', é como se estivesse votando 'não' para todas as  
1489 propostas.” **Cons. Mariana Queen Ifeyinwaeze Nwabasili**: “É isso que não  
1490 acho legítimo, pois vamos excluir todas as propostas encaminhadas pelas  
1491 Congregações.” **Cons. Flávio Ulhoa Coelho**: “Quem está a favor de alguma  
1492 proposta ou qualquer dos encaminhamentos, qualquer uma das ponderações  
1493 vota 'sim', quem está contra todas, vota 'não'. É uma questão lógica, mas se for  
1494 o caso, vamos fazer cinco votações. Não tem problema.” **Cons. Carlos**  
1495 **Alberto Ferreira Martins**: “Entendo a preocupação. Qualquer alteração exige  
1496 80 votos e se, por exemplo, pulverizamos a votação: 'sou a favor de eleição

1497 direta universal', 'sou a favor de eleição 70-15-15', 'sou a favor de eleição direta  
1498 60-20-20' e 'sou a favor de eleição direta paritária', ninguém atingirá 80 votos.  
1499 Por isso, a questão é que primeiro decidimos se esse Conselho, por maioria  
1500 absoluta, deseja eleição direta na próxima eleição para reitor; em seguida, se  
1501 tivermos 80 votos dizendo 'sim', a partir daí será necessário discutir qual a  
1502 ponderação – se será voto universal, se paridade, se será 70-15-15 ou será 70-  
1503 20-20. Se fizermos a eleição de outra maneira, o resultado já está dado:  
1504 ninguém atingirá os 80 votos. De qualquer forma, quero insistir na questão que  
1505 a Conselheira levanta de que se o Conselho aprovar uma eleição direta em  
1506 qualquer que seja sua modalidade, fica prejudicada a proposta de consulta. E  
1507 não aprovando agora a eleição direta, este ano permanece o item 13, que é a  
1508 proposta de realização de consulta.” **Cons. Tomás Costa de Azevedo**  
1509 **Marques**: Tentando encaminhar no mesmo sentido que o Conselheiro colocou,  
1510 concordo totalmente com essa argumentação. Por isso acho - veja se isso é  
1511 consenso - que podemos fazer como a Conselheira colocou, que foram  
1512 propostas encaminhadas pelas Congregações. Podemos votar itens não como  
1513 blocos e não item contra outro, mas item por item. Então, votaríamos da  
1514 seguinte forma: do mais amplo, como se começou encaminhar como proposta  
1515 da Procuradoria, assim fazemos a universal, se resultar na universal não; então  
1516 um terço e se um terço não; então 70-15-15, se 70-15-15 não, passamos para  
1517 próxima. Assim vai diminuindo.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**:  
1518 “Tenderia a concordar com isso desde que não haja múltiplas defesas de cada  
1519 um desses itens. Se for votação direta, estou de acordo.” **Cons. Tomás Costa**  
1520 **de Azevedo Marques**: “Uma defesa só.” **M. Reitor**: “Não vai ter defesa  
1521 nenhuma, a defesa já está feita.” **Cons. Tomás Costa de Azevedo Marques**:  
1522 “Tudo bem, vamos tentar encaminhar dessa forma e fazemos uma defesa da  
1523 importância da eleição direta.” **M. Reitor**: “Eles vão fazer uma defesa das  
1524 diretas e quem quiser fazer também que o faça e depois votamos em seguida,  
1525 sem mais manifestações.” **Cons. Carlos Eduardo Alves**: “Vou defender a  
1526 proposta de eleição direta. Acho que não dá mais para continuarmos  
1527 restringindo o nosso universo de votos da maneira que ele é. É um voto muito  
1528 restrito, mesmo dentro dos professores, são muito poucos aqueles que podem  
1529 participar. Entre os estudantes e funcionários nem se fala. De forma que acho  
1530 que é fundamental, para atingimos uma mudança concreta em nossa

1531 Universidade, que toda a comunidade possa votar. Isso dá uma legitimidade  
1532 maior aos candidatos que terão que se dirigir a toda a comunidade e não têm  
1533 que fazer acordos ou ter que conversar com outro e, nisso, resolver a eleição.  
1534 Uma eleição em que todos e todas participam tem que haver propostas  
1535 concretas e fazer suas publicizações. O candidato tem que sensibilizar toda a  
1536 comunidade universitária. Acho que na proposta apresentada pelos estudantes,  
1537 tanto de pós-graduação quanto de graduação, em que todas as categorias  
1538 teriam o mesmo peso e cada uma valeria um voto e o resultado dentro da  
1539 categoria, seria a forma mais justa. Até porque os professores continuariam  
1540 com a sua sobre-representação e, enfim, ficam mais tempo na universidade e  
1541 achamos que isso é um bom avanço. Mas não restringiria, também, a  
1542 possibilidade da maioria da comunidade universitária, que são os estudantes e  
1543 funcionários, participar dessa decisão, o que não acontece hoje. Podem contar,  
1544 são menos de 100 estudantes que participam de um universo de mais de 70  
1545 mil. De forma que é fundamental que ampliemos e, talvez, depois decida que  
1546 proporção se daria a isso, mas que todos tenham a oportunidade de participar  
1547 do pleito.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** “Reafirmo o  
1548 encaminhamento do entendimento dos diretores, pela não aprovação da  
1549 eleição direta. É importante esclarecer que os diretores não têm uma posição  
1550 firmada contra, é que entendemos que a proposta da eleição direta não está  
1551 amadurecida suficientemente. Porque a Universidade não é uma instituição  
1552 como a sociedade mais ampla, ou seja, aqui não é apenas um voto, uma  
1553 decisão. A Universidade tem uma complexidade imensa, diferentes modos de  
1554 trabalho acadêmico, de ensino, de pesquisa, várias formas de inserção. Temos  
1555 uma representação que é individual, mas boa parte das representações são de  
1556 categorias e de órgãos. Não estou falando como Sérgio Adorno, mas como  
1557 diretor da Faculdade. Os órgãos da minha Faculdade me falam o que tenho  
1558 que dizer aqui e mesmo que não aceite, tenho que agir institucionalmente. De  
1559 forma que há uma complexidade que temos que levar em consideração. Outra  
1560 informação importante é que na eleição direta dificilmente se discute uma  
1561 questão que nos é fundamental, é o eixo que estrutura a Universidade, que é o  
1562 mérito. Não podemos abrir mão do argumento do mérito. Ainda que digamos  
1563 que o mérito é uma construção social, podemos elaborar um processo de  
1564 construção do mérito mais democrático possível imaginável e, ainda que

1565 possamos recusar o mérito como instrumento de dominação e de  
1566 hierarquização interna - que sou particularmente favorável -, não podemos abrir  
1567 não do mérito. Isso significa que estamos em uma divisão de trabalhos, temos  
1568 pessoas com posições diferentes, com graus de responsabilidade diferentes e,  
1569 portanto, não podemos imaginar que a eleição direta dê esta possibilidade de  
1570 escolher, entre os melhores candidatos, os melhores. Não há chapa definida. É  
1571 esta a questão, não é uma questão de princípio, de não querer que aluno  
1572 participe, muito pelo contrário. Na discussão dos diretores avaliamos muito  
1573 uma engenharia que tem que combinar a expansão dos órgãos colegiados,  
1574 como por exemplo os Conselhos de Departamento, mas ao mesmo tempo  
1575 temos que pensar em uma engenharia que combine tudo isso com expansão  
1576 da representação das categorias – estudantes, funcionários e as diversas  
1577 categorias de professores. Mas não chegamos a nenhum resultado concreto,  
1578 porque achamos que tínhamos um conhecimento acumulado suficiente para  
1579 tomar uma boa decisão. Por essa razão, estamos encaminhando pela não  
1580 eleição direta. O problema não é simplesmente que queremos ou não manter o  
1581 poder. Aliás, quem tem poder sabe o que isso significa. De forma que quanto  
1582 mais pudermos ter órgãos colegiados, entre outros, melhor. Mas isso precisa  
1583 ser construído de uma maneira sólida e racionalmente fundamentada.” **Cons.**  
1584 **Phillipe Pessoa de Santana:** "Dirijo-me a este Conselho na condição de  
1585 integrante dessa comunidade e integrante da comunidade da USP. A  
1586 Universidade pode ser diferente da sociedade, contudo ela é reflexo dela. E a  
1587 maneira como se dá essa relação com a sociedade também é reflexo de como  
1588 essa Universidade é administrada, como é vista pelos próprios integrantes da  
1589 comunidade acadêmica. Temos observado na sociedade - e não só no Brasil,  
1590 mas em vários lugares do mundo - uma falência do sistema de democracia  
1591 representativa. Não que ache que a democracia representativa não funcione,  
1592 ela funciona sim, mas precisa urgentemente de revisão de vários conceitos. Foi  
1593 claro o clamor da população no sentido de uma reforma política - que não sei  
1594 se acontecerá. No entanto, qualquer reforma política que não discuta a  
1595 inclusão da sociedade nas instâncias de decisão é inefetiva em acabar com o  
1596 déficit democrático que existe. Na Universidade é a mesma coisa. Se não  
1597 começarmos a discutir maneiras de inclusão da sociedade nos processos de  
1598 decisão, essa sociedade naturalmente se sentirá alheia a esse processo.



1599 Então, independente de sermos professores, funcionários ou estudantes, se  
1600 estamos querendo uma comunidade que esteja envolvida na construção da  
1601 Universidade, é importante que essa comunidade se aproprie dos processos de  
1602 decisão. Como estudante diria que se fosse aprovado, neste Conselho, uma  
1603 eleição direta na qual a proporção entre as categorias fosse 99% aos  
1604 professores, 0,5% para funcionários e 0,5% para os estudantes, estaria feliz -  
1605 falo isso sem o aval da minha categoria, por isso peço desculpas. Mas falo isso  
1606 porque esse encaminhamento permitiria que, simbolicamente, essa pessoa  
1607 estaria expressando a sua cidadania. É importante refletirmos isso, porque isso  
1608 pode parecer subjetivo, mas do ponto de vista de construção do conceito de  
1609 Universidade, acho que é fundamental. A sociedade já tem evoluído no sentido  
1610 de pedir a participação nas instâncias de poder, tanto fora quanto dentro da  
1611 USP. Temos que caminhar nesta direção. Muito embora a proposta dos  
1612 diretores tenha dito que está a favor de uma discussão profunda no próximo  
1613 ano, não foi o que senti quando votamos a estatuinte e a proposta de revisão  
1614 estatutária. Parece-me que há, ainda, uma resistência em discutir como os  
1615 nossos dirigentes são eleitos, como, além do reitor e do vice-reitor, são eleitos  
1616 os diretores das unidades e como são estruturadas as nossas Congregações.  
1617 Penso que é muito importante que nos aprofundemos nessa causa, de fato. Se  
1618 realmente estamos defendendo uma discussão profunda, que isso corrobore  
1619 nas votações, porque quando votamos a estatuinte e ela foi contrária, só posso  
1620 esperar que este Conselho não sinta que essa mudança é necessária. Mas  
1621 este Conselho precisa ter a consciência de que é constituído por poucos. Por  
1622 mais que sejamos bons e tentemos representar, acho que seria muito mais  
1623 justo que a comunidade se aprimorasse desse poder e desse direito. Então,  
1624 minha fala é no sentido de que qualquer proposta de eleição direta é uma  
1625 proposta que amplia o nosso conceito de Universidade, de unidade, de  
1626 construção dessa Universidade, porque senão vamos continuar construindo a  
1627 Universidade do ponto de vista de poucos e não do ponto de vista da  
1628 diversidade, de comunidade, de construção social” **Cons. Rafael Madureira**  
1629 **dos Anjos**: "Sei que estão todos cansados, mas essa é uma votação  
1630 importante e é um momento histórico, por isso acho que não devemos ter  
1631 pressa em momentos históricos, sob pena de tomarmos decisões erradas, que  
1632 poderemos pagar daqui para frente e sermos responsabilizados por isso.

1633 Temos que ter um pouco de consciência. Estamos encaminhando no sentido  
1634 da eleição direta e temos que pensar um pouco nos argumentos, não é só falar  
1635 que é contra ou a favor. Fico um pouco chateado quando falam 'grupo dos  
1636 diretores', porque parece que estamos no 'Clube do Bolinha ou no Clube da  
1637 Luluzinha'. Acho que não é esse o sentido, temos que pensar enquanto  
1638 comunidade USP. Tenho certeza de que o pessoal pode estar se sentindo  
1639 coagido a votar em determinado meio por fazer parte do espírito de grupo. Nós,  
1640 da pós-graduação, pensamos em ser professores futuramente, não estamos  
1641 aqui somente de passagem, de forma que temos que pensar no futuro, em  
1642 como vai ser daqui para frente. Com relação à representação, tem duas  
1643 questões: a representação ativa, onde pode-se votar passivamente. A  
1644 representação ativa não tem problema, sempre o eleito será um professor. De  
1645 forma que não sei por que temer tanto, porque independente de ser eleição  
1646 direta ou não, o eleito vai ser um professor, vai ser um dos pares. Mas pode ser  
1647 uma pessoa que não tem capacidade, mas se pensarmos por essa linha de  
1648 raciocínio, vamos concluir que há professores na USP que não tem  
1649 capacidade. Temos que tomar cuidado com a linha de raciocínio tomada.  
1650 Existe a questão de complexidade também. Não acho que esse argumento  
1651 seja válido para se basear, tendo em vista a complexidade da Universidade.  
1652 Eleger um governador não é complexo? Ele está acima de nós e não é  
1653 complexo? A decisão de um prefeito não é complexa? Se vai investir verba no  
1654 metrô ou se no hospital, enfim, acho que não é um argumento válido. Temos  
1655 que pautar nossas decisões sobre argumentos sólidos e não sobre conversas,  
1656 sobre conceitos, temos que ter premissa maior, premissa menor e conclusão.  
1657 Temos que ser lógicos na conduta. Outra questão é refletirmos sobre isso. E  
1658 estamos caminhando futuramente para esse País mudar essa questão de  
1659 direito, tudo tem que estar escrito, tudo tem que estar na Constituição, porque  
1660 essa prática cartoral já nos incomoda. E gostaria de dizer, com relação à  
1661 eleição direta, que existem dois locais para pleitear isso. Aqui é um lugar  
1662 legítimo de pleitear e se não for aqui e a sociedade pleitear isso, ela pode  
1663 colher assinaturas já sinalizando um caminho e pedir uma emenda à  
1664 Constituição Estadual, que, s.m.j. do Procurador, é extremamente legítimo a  
1665 sociedade fazer isso. E, pela hierarquia da Lei, se a sociedade fizer isso e a  
1666 Assembleia Legislativa aprovar, temos que cumprir. Então, temos duas formas:

1667 por aqui, fazendo a lição de casa dentro da Faculdade e a outra forma é coletar  
1668 assinaturas na rua e fazer pressão na Assembleia, que é perfeitamente  
1669 legítimo em um estado democrático de direito. De forma que o meu  
1670 encaminhamento é favorável à questão do voto direto. Como será esse voto  
1671 direto é a questão que temos que discutir item por item, porque essa eleição é  
1672 simbólica. De forma que temos que ver em quais itens houve maioria, etc,  
1673 temos que dar essa satisfação a quem representamos, nem que isso demore,  
1674 mas temos que dar essa resposta para quem perdeu tempo fazendo a  
1675 proposta, tendo o raciocínio e respeitando quem representamos." **Cons.**  
1676 **Adrián Pablo Fanjul**: "Gostaria que este item fosse votado proposta por  
1677 proposta, porque me parece muito importante que os membros deste Conselho  
1678 sinalizem para o conjunto da Universidade, muito especialmente para os  
1679 docentes dos quais sou representante nas categorias, qual é o grau de  
1680 disposição a considerar a votação de todos os componentes. Não consigo  
1681 imaginar uma eleição direta, onde os docentes tenham 70% de peso contra  
1682 15% dos estudantes e 15% dos funcionários, ou seja, uma eleição onde o voto  
1683 de um docente valeria mais de 90 vezes o voto de um estudante. Isso colocaria  
1684 em risco o mérito e, nesse sentido, tenho que discordar do diretor da minha  
1685 Unidade. Não entendo como o fato de nós, docentes pesquisadores, que  
1686 construímos esses *rankings* que tanto são divulgados pelos que defendem o  
1687 atual regime, o fato de que votemos e teríamos esse peso, correríamos o risco  
1688 de escolher alguém sem mérito. É algo muito importante para se perguntar,  
1689 porque não creio que a visão da maioria dos docentes hoje seja que o atual  
1690 sistema é meritório, muito pelo contrário, há toda uma impressão de um  
1691 sistema partidocrático. E esta Universidade tem uma cultura feita em relação às  
1692 políticas, em relação ao governo do Estado; na base disso está a lista tríplice e  
1693 o fato de que a eleição dos diretores não se esgotem nas Unidades, de que se  
1694 crie situações de crise terminal, como a que hoje existe na EACH e que apesar  
1695 de a Congregação ter deposto a direção, esta não pode sair. Por que há essa  
1696 diferença do presidente na Nação, que pode sofrer *impeachment*? Isto não  
1697 está previsto para nenhum cargo de direção na USP, porque o Reitor é  
1698 nomeado pelo Governador e o Diretor pelo Reitor. A não eleição direta não há  
1699 sequer uma proporcionalidade que claramente garantiria que nenhum  
1700 candidato poderia ser eleito se não tiver muito prestígio entre os docentes. E

1701 quero corrigir, inclusive, o colega representante discente, porque não é que se  
1702 elegeria um docente incapaz ou então que isso mostraria que haveria um  
1703 docente incapaz; é que cercear o voto com uma proporção de 70-15-15 é  
1704 declarar a incapacidade política dos docentes da USP de conjunto e, também,  
1705 pensar que há mais mérito naqueles que podem decidir, aqueles que se  
1706 dedicam há algum tempo às atividades de gestão, que são apenas uma das  
1707 atividades da Universidade. Por isso me parece muito importante, se realmente  
1708 há uma vontade de mudança, que a Universidade tenha claro o que este  
1709 Conselho fez com cada uma dessas propostas, inclusive com aquela que  
1710 garante a ampla maioria de peso para o setor que realiza atividade fim da  
1711 Universidade, que somos nós, docentes pesquisadores. Gostaria, também de  
1712 dizer que estão falando no grupo dos diretores, mas há Congregações que  
1713 votaram a favor da eleição direta e gostaria ver o que vai acontecer com isso."

1714 **M. Reitor**: "Passaremos à votação e votaremos item por item. Solicito ao  
1715 Senhor Procurador que nos informasse o primeiro." **Prof. Dr. Gustavo Ferraz**  
1716 **de Campos Monaco**: "Eleição direta sem ponderação de votos. A proposta foi  
1717 apresentada pelo SINTUSP. O 'sim' significa que todos os alunos, servidores  
1718 docentes e servidores técnicos e administrativos terão direito a voto, com o  
1719 mesmo peso." **M. Reitor**: "Apenas para ficar claro, o 'sim' significa a abertura  
1720 para os 120 mil e o 'não' passa para o próximo item." A seguir, o **M. Reitor**  
1721 coloca em votação a proposta de eleição direta sem ponderação de votos.  
1722 **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 13  
1723 (treze) votos; Não = 93 (noventa e três) votos; Abstenções = 0 (zero); Total de  
1724 votantes = 106 (cento e seis). A proposta é rejeitada. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz**  
1725 **de Campos Monaco**: "A proposta é de eleição direta, todos votam, mas há  
1726 ponderação de votos da seguinte maneira: 70% dos docentes, 15% para  
1727 servidores e 15% para alunos." Algum Conselheiro fala fora do microfone:  
1728 "Desculpem, mas a ordem de encaminhamento está equivocada, pois é do  
1729 mais amplo para o mais restrito. Então, agora, seria a proposta do DCE e da  
1730 APG, que é um terço, um terço, um terço." **M. Reitor**: "Tudo bem, seria 33-33-  
1731 33, uma dízima periódica. Então, a votação é a mesma, o 'sim' será 33-33-33 e  
1732 o 'não' passa para a próxima proposta." Ato contínuo, o **M. Reitor** coloca em  
1733 votação a proposta de eleição direta com a seguinte proporção: 33% para os  
1734 estudantes, 33% para os estudantes e 33% para os servidores técnicos e

1735 administrativos. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado:  
1736 Sim = 14 (quatorze) votos; Não = 92 (noventa e dois) votos; Abstenções = 2  
1737 (duas); Total de votantes = 108 (cento e oito). A proposta é rejeitada. **Prof. Dr.**  
1738 **Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** "Então passaremos à proposta com as  
1739 proporções 60% para docentes, 20% para estudantes, 20% para os servidores  
1740 técnicos e administrativos." A seguir, o **M. Reitor** coloca a proposta em  
1741 votação, destacando que 'sim' aprova e o 'não' passa-se para a próxima  
1742 proposta. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim =  
1743 16 (dezesesseis) votos; Não = 89 (oitenta e nove) votos; Abstenções = 1 (um);  
1744 Total de votantes = 106 (cento e seis). A proposta é rejeitada. **M. Reitor:** "A  
1745 próxima proposta é a proporção 70% para docentes, 15% para estudantes,  
1746 15% para servidores técnicos e administrativos. Em votação." **Votação.** Pelo  
1747 painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 35 (trinta e cinco) votos;  
1748 Não = 68 (sessenta e oito) votos; Abstenções = 2 (duas); Total de votantes =  
1749 105 (cento e cinco). A proposta é rejeitada. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de**  
1750 **Campos Monaco:** "A próxima proposta é com a proporção 70% para docentes,  
1751 20% para servidores técnicos e administrativos e 10% para alunos." **M. Reitor:**  
1752 "Nesta proposta, o 'sim' encampa a proposta e o 'não' passa-se para a próxima.  
1753 Em votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado:  
1754 Sim = 21 (vinte e um) votos; Não = 84 (oitenta e quatro) votos; Abstenções = 1  
1755 (uma); Total de votantes = 106 (cento e seis). A proposta é rejeitada. **Prof. Dr.**  
1756 **Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** "A próxima proposta consta no parecer  
1757 como item 8.5 e é a primeira das propostas de eleição representativa, mas  
1758 amplia a Assembleia Universitária, que hoje é composta pelo Conselho  
1759 Universitário, pelos Conselhos Centrais e pelas Congregações de Unidades e  
1760 Conselhos Deliberativos de Museus e Institutos Especializados, para incluir,  
1761 também, os Conselhos de Departamentos." **M. Reitor:** "A proposta inclui os  
1762 Conselhos dos Departamentos, ou seja, faz o somatório da eleição dos  
1763 diretores, que tem uma lógica. Não estou dizendo se está certa ou errada, mas  
1764 há uma lógica. Se elege-se o Reitor da mesma forma como se elege todos os  
1765 diretores, a representatividade é maior. Quem for favorável vote 'sim', quem  
1766 não for, vote 'não' e passaremos à próxima proposta. Em votação." **Votação.**  
1767 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 48 (quarenta e  
1768 oito) votos; Não = 56 (cinquenta e seis) votos; Abstenções = 2 (duas); Total de

1769 votantes = 106 (cento e seis). A proposta é rejeitada. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz**  
1770 **de Campos Monaco:** "A próxima é uma decorrência lógica - item 8.6 do  
1771 parecer - que é a manutenção da composição atual. De forma que passaremos  
1772 ao item 9 - Regras de Desempate." **M. Reitor:** "Realmente, não se aprovando  
1773 as ponderações, mantém-se a composição atual. Apenas para esclarecer, com  
1774 relação aos departamentos, minha simpatia pela outra proposta e por essa.  
1775 Almocei com quase todos os 250 departamentos e, realmente, há uma  
1776 insatisfação absoluta por eles não participarem da eleição, embora participem  
1777 da eleição dos Diretores. Mas como estávamos dizendo, nada é perfeito e  
1778 poderemos corrigir isso no futuro." **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos**  
1779 **Monaco:** "O item 9 do parecer diz respeito às regras de desempate na hipótese  
1780 de duas chapas obterem o mesmo número de votos, seja dentre as três que  
1781 comporão a lista, seja a terceira com a quarta mais votadas. Nessas situações,  
1782 a proposta vem dos diretores das Unidades e é no sentido de que o desempate  
1783 se faça, para candidato a Reitor, considerando-se aquele que tem mais tempo  
1784 de serviço na USP. O critério é o mesmo que é hoje, mas como agora são  
1785 chapas, a ideia é que o candidato a Reitor seja o fator de desempate." **M.**  
1786 **Reitor:** "Para isso precisamos votar 'sim', caso contrário teremos um problema  
1787 técnico, porque qual seria o critério? Os dois? A somatória dos dois? De forma  
1788 que, para não haver dúvida, precisaria de um parecer da Procuradoria Geral.  
1789 Então, o 'sim' significaria o desempate por tempo de serviço do candidato  
1790 cabeça da chapa e o 'não' ficaria como está, que é incongruente." **Votação.**  
1791 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 96 (noventa e seis)  
1792 votos; Não = 4 (quatro) votos; Abstenções = 3 (três); Total de votantes = 103  
1793 (cento e três). A proposta da regra de desempate é aprovada. **Prof. Dr.**  
1794 **Gustavo Ferraz de Campos Monaco:** "O item 10 do parecer estava  
1795 intrinsecamente ligada à proposta 8.5, que era a ideia de ampliação do Colégio  
1796 Eleitoral, na hipótese dos Conselhos dos Departamentos serem incorporados à  
1797 Assembleia, de forma que esta proposta fica prejudicada. O item 11 do parecer  
1798 é uma proposta da FCF, sugerindo que se incluía no Estatuto a previsão de  
1799 desencompatibilização dos candidatos, na hipótese deles ocuparem algum  
1800 cargo de chefia ou na administração." **M. Reitor:** "Isso significa qualquer posto,  
1801 mas obviamente, durante o período das eleições. É uma regra que, no Brasil,  
1802 existe em todos os cargos, praticamente. Cabe aos senhores que isso seja

1803 aprovado ou não. O 'sim' significa obrigação e então é peremptória, a  
1804 desincompatibilização é automática; quando o candidato apresentar a chapa  
1805 está fora do cargo até a eleição. No caso, chefia de departamento, direção,  
1806 vice-direção, ou seja, todos que têm um cargo de chefia. A Portaria anterior  
1807 que foi divulgada trata de ética, é apenas recomendação, mas se essa  
1808 proposta de desincompatibilização for aprovada substitui por uma regra, caso  
1809 contrário mantém-se aquela Portaria e cada um é responsável em usar a ética,  
1810 caso queira e a comunidade que julgue da maneira que quiser." Ato seguinte o  
1811 **M. Reitor** passa à votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o  
1812 seguinte resultado: Sim = 83 (oitenta e três) votos; Não = 16 (dezesseis) votos;  
1813 Abstenções = 0 (zero); Total de votantes = 99 (noventa e nove). É aprovada a  
1814 proposta de desincompatibilização. Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos  
1815 **Monaco**: "O item 12.3, que é uma proposta apresentada pela ADUSP, implica  
1816 em alteração do Regimento, mas não é possível observá-la sem antes passar  
1817 pelo item 12.1. Há uma minuta de resolução apresentada pelo IAU e pela  
1818 Congregação da FE que, se aprovada, dará início a uma Resolução do  
1819 Conselho Universitário e pela qual a Comissão Eleitoral a ser nomeada se  
1820 encarregará de proceder a uma consulta à comunidade, extratificada de acordo  
1821 com as categorias funcionais. E, pela proposta, a apuração seria feita em  
1822 separado, teríamos um resultado para os docentes, um para os estudantes e  
1823 um para os funcionários. Na hipótese desta minuta de resolução ser aprovada,  
1824 há depois uma sugestão de alteração, apresentada pela Congregação da  
1825 FFLCH e da FCF, no sentido de alteração de um dispositivo desta portaria. Em  
1826 um primeiro momento, a proposta é de que se analise a resolução *in totum*,  
1827 depois passaríamos aos itens subsequentes." **Cons. Alejandro Szanto de**  
1828 **Toledo**: "Colocarei uma discussão que pode parecer impopular, mas penso  
1829 que bem compreendida não deve ser compreendida como impopular. Acho que  
1830 toda consulta sem definir o uso que ela terá pode trazer dificuldades. Ouvir por  
1831 ouvir, sem um compromisso em aproveitá-la de alguma forma, dá margem a  
1832 muito conflito, ou seja, decidimos que haverá uma consulta e a chapa que  
1833 ganhar automaticamente fará parte da lista tríplice - isto é uma sugestão, não  
1834 uma proposta. Então esta lista terá um uso, sobra mais dois lugares na lista  
1835 tríplice, mas fazer a consulta só pela consulta, que o Colegiado pode ou não  
1836 acompanhar, creio que trará problemas. De forma que, ou definimos, ao

1837 aprovar a consulta, o uso que ela terá, ou teremos problemas." **Cons.<sup>a</sup> Lisete**  
1838 **Regina Gomes Arelaro**: "Na reunião dos diretores colocamos esta proposta  
1839 exatamente entendendo como um exercício democrático. Não é a primeira vez,  
1840 pois isto se faz em várias das nossas Unidades. A FE, a FFLCH e o IP, entre  
1841 outros, são bons exemplos de que este procedimento, sem dúvidas, legítima e  
1842 compromete positivamente a comunidade e que isto pode ser um exercício  
1843 importante para que a comunidade se manifeste. Isso não significa que não  
1844 podemos ter situações delicadas. Citaria o caso da Pontifícia Universidade  
1845 Católica, que faz essa consulta e foi escolhido o terceiro nome. No entanto,  
1846 isso não diminui a importância da consulta. Temos aqui, desde os anos 80 -  
1847 cito a Prof.<sup>a</sup> Sônia Penin - e é muito interessante que a FE pondera muito e tem  
1848 acatado a manifestação da comunidade. Nos últimos anos esse aspecto da  
1849 gestão garante, sem dúvida nenhuma, a legitimidade e uma governabilidade  
1850 para cada um de nós que passamos por esse exercício e ritual democrático. De  
1851 forma que estamos propondo que este Conselho Universitário também  
1852 contribua para esse exercício histórico de consulta à nossa comunidade."  
1853 **Cons. Carlos Eduardo Martins**: "Já dissemos, em mais de uma oportunidade,  
1854 que estamos em um processo que, necessariamente, será avaliado e  
1855 aperfeiçoado. Insistimos na importância de que também cheguemos ao  
1856 estabelecimento de um calendário, a partir da primeira reunião do Co no  
1857 próximo ano, no sentido de que se avalie o processo e os passos que foram  
1858 dados, que se reforce ou se reveja caminhos tomados. É inegável que há  
1859 demanda por maior participação dos diferentes segmentos da comunidade  
1860 universitária, que se manifesta há anos. É inegável que essa demanda,  
1861 obviamente, viu-se acrescida no último período, no momento em que temos o  
1862 Magnífico Reitor manifestando, legitimamente, que tem uma posição de que a  
1863 comunidade deve participar. E parece-me fundamental que demonstremos a  
1864 sensibilidade para responder de forma positiva, embora responsável, a essa  
1865 demanda. Ao elaborar a proposta de minuta de resolução, tomamos por base a  
1866 primeira proposta de resolução que estabeleceu a consulta na Universidade de  
1867 Campinas, em 1989. É importante destacar que não trata de proposta de  
1868 alteração do Estatuto, é simplesmente uma resolução deste Conselho  
1869 Universitário. Acho importante, também, verificar que além das experiências  
1870 que temos internamente de consulta à comunidade na eleição de várias das



1871 nossas Unidades, o fato de uma Universidade co-irmã vir experimentando e  
1872 aperfeiçoando este processo desde 1989 é algo que nos dá segurança de que  
1873 isso não significa nenhum problema, nenhuma crise do ponto de vista da  
1874 representatividade, nenhum prejuízo do ponto de vista da excelência e do  
1875 mérito, que é nosso objetivo fundamental." **Cons.<sup>a</sup> Vera Silvia Facciolla Paiva:**  
1876 "O Cons. de São Carlos e a Cons.<sup>a</sup> Lisete expressaram exatamente, tanto a  
1877 nossa experiência quanto a nossa expectativa de que essa consulta seja  
1878 realizada institucionalmente por este Conselho, na direção de ampliar a  
1879 participação da Universidade nas eleições de seus dirigentes." **Cons. Phillipe**  
1880 **Pessoa de Santana:** "Novamente a fala vai no mesmo sentido de aumentar e  
1881 promover a participação comunitária. Se há hoje, aparentemente, certa  
1882 desconfiança do Conselho em relação à ampliação do processo de eleição,  
1883 tanto em relação à ampliação para toda a comunidade como em relação ao  
1884 próprio Conselho de Departamento, quero dizer, ainda não conseguimos  
1885 avançar nem em relação às próprias unidades, não confiamos nem nos nossos  
1886 pares, que trabalham conosco nas unidades. Talvez a consulta possa trazer  
1887 informações ao Conselho, se ele está atendendo às expectativas de suas  
1888 unidades. Talvez essa informação possa sensibilizar o Conselho na direção de,  
1889 aos poucos, progressivamente, ir ampliando a participação da comunidade.  
1890 Acredito que, ainda que pouco, é um primeiro passo - e um primeiro passo  
1891 extremamente importante. Entendo que aprovar uma consulta que não tenha  
1892 uma regulamentação seja delicado, mas acredito que esta regulamentação  
1893 possa ser proposta posteriormente. Não podemos acabar com a proposta  
1894 antes, com o argumento de catástrofe ou desastre em seguida. Sugiro que este  
1895 Conselho pense em qual é a melhor maneira, de modo que atenda à  
1896 preocupação do Professor, no sentido de que não sabemos o que fazer com a  
1897 eventual consulta, mas que ela também atenda ao pedido da comunidade para  
1898 integrar o processo eleitoral na Universidade de São Paulo de alguma maneira,  
1899 ainda que simbólica. Esse simbolismo é importante, vai no sentido de perceber  
1900 que estamos construindo a Universidade, que estamos opinando e que nossa  
1901 opinião vale alguma coisa para esta Universidade, ou para este Co, ou para  
1902 este Conselho ampliado que faz a eleição dos dirigentes." **Cons. Silvio**  
1903 **Burratino Melhado:** "Gostaria de me pronunciar no sentido de que todos  
1904 sabemos que, cotidianamente, vemos isso nos nossos colegas, nós lutamos

1905 pela Universidade. Estamos fazendo, nesse momento, uma extrema junção de  
1906 trajetórias acadêmicas representativas desses esforços, dessa luta. E temos,  
1907 agora, uma oportunidade. O processo eleitoral hoje, nessa Sessão do  
1908 Conselho Universitário, recebeu pequenas alterações. Ele mantém bases muito  
1909 similares àquelas que foram praticadas nas últimas eleições, portanto nos  
1910 últimos mandatos de Reitor e Vice-Reitor da nossa Universidade. Por que não,  
1911 nesse momento, testar nossa capacidade, como Universidade, de evoluir um  
1912 pouco mais? Ou seja, esta proposta de consulta colocada como um  
1913 mecanismo de seleção de uma das chapas que comporia a lista tríplice é um  
1914 mecanismo de evolução, onde podemos testar o que a Universidade tem como  
1915 capacidade de evolução, de se reinventar, de se renovar. E essa é uma  
1916 hipótese importante: será que essa consulta não é realmente a forma que  
1917 temos de desmistificar esta discussão que tivemos há pouco, de eleição direta?  
1918 Será que esta consulta não poderia nos mostrar um caminho para fazer, mais  
1919 adiante, uma evolução? Estou aqui para defender a ideia da consulta como  
1920 mecanismo de indicação de uma das chapas, porque esta é a USP que tanto  
1921 valorizamos, é uma universidade que consegue ter a criatividade de criar um  
1922 caminho para a sua própria evolução, testando as suas hipóteses. É o método  
1923 científico. Será que essa consulta é realmente como alguns colegas imaginam?  
1924 Algo tão diferente do processo que conhecemos? Talvez não. De forma que é  
1925 o momento de tomarmos decisão, estamos diante de uma oportunidade e  
1926 podemos fazer. Então vamos fazer, vamos dar oportunidade à nossa  
1927 Universidade para que ela se teste, se conheça e possa dar mais um passo.  
1928 Vamos refletir." **Cons. Flávio Ulhoa Coelho**: "Assinei a proposta dos diretores  
1929 e estou apoiando esta proposta de consulta. É uma consulta indicativa e penso  
1930 ser importante para os candidatos ter essa informação. Tenho preocupações  
1931 operacionais, mas acho que o processo, ao longo do tempo, vai melhorar. Pela  
1932 minuta, penso que a Comissão Eleitoral coordenará e se isso tudo for  
1933 aprovado, sugiro à Comissão Eleitoral que monte outra comissão específica  
1934 para a consulta, para não ficar com a responsabilidade das duas coisas, pois,  
1935 operacionalmente, creio que funcionará melhor. Inclusive, deixar as Unidades  
1936 responsáveis pela consulta do seu pessoal, isso facilitaria bastante, ao invés de  
1937 centralizar tudo. É apenas uma sugestão operacional. Venho apoiar a proposta  
1938 de consulta. Acredito que é uma consulta indicativa, já ficou claro que não se


1939 trata de uma eleição direta. É importante, também, que entre a consulta e a  
1940 eleição final tenhamos um prazo para refletirmos como a comunidade se  
1941 manifestou e, eventualmente, até composições. Na regulamentação da  
1942 consulta, penso que esses pontos devem ser levados em consideração, para  
1943 não perdermos uma oportunidade boa de avançar nesse processo. Defendo,  
1944 também, a ideia de fazermos uma revisão de tudo isso em 2014." **Cons.**  
1945 **Carlos Alberto Ferreira Martins**: "Gostaria de esclarecer que a proposta do  
1946 IAU e da FE não é a proposta de que o nome apurado na consulta incorpore a  
1947 lista tríplice. A proposta é que a consulta seja uma informação à Assembleia  
1948 Universitária, que saberá fazer o melhor uso dessa informação." **Cons. Marcos**  
1949 **Felipe Silva de Sá**: "Vou na direção da fala do Cons. Alejandro, de que uma  
1950 consulta como esta pode trazer mais problemas do que soluções, porque ela  
1951 não será incorporada no processo eleitoral, mas pode criar efervescência  
1952 dentro do processo. Gostaria que todos ponderassem a respeito disso, porque  
1953 sempre citam aqui exemplos da UNICAMP e de outras universidades  
1954 brasileiras e tenho dúvida se o modelo citado como exemplo representa um  
1955 bom modelo, uma melhoria em relação à nossa Universidade, porque o  
1956 processo eleitoral não é tão tranquilo assim. Gostaria também de lembrar da  
1957 internacionalização da USP. Queremos ser uma Universidade mundial,  
1958 universal, conhecida, projetada e desconheço - talvez alguém possa me  
1959 esclarecer melhor - entre as cem melhores universidades do mundo, qual é  
1960 aquela que tem o seu Reitor escolhido por consulta a toda comunidade da sua  
1961 respectiva unidade. Pelo contrário, o que costumamos ver é que essas  
1962 universidades têm, inclusive, colegiados específicos para a busca de um Reitor  
1963 qualificado, podem trazer até de outras universidades, de outros *campi*, para  
1964 ser Reitor uma pessoa que, eventualmente, nem milita dentro daquela  
1965 universidade. Gostaria que todos refletissem sobre isso, porque uma consulta à  
1966 comunidade como essa pode ser feita pelos alunos, pela ADUSP, pelo  
1967 SINTUSP, não precisa ter a chancela da Universidade, porque se a  
1968 Universidade endossar isso, ela tem compromissos com a realização desse  
1969 processo e precisa incorporar isso de alguma maneira. De forma que acho que  
1970 não deveríamos apoiar isso." **Cons. Rafael Madureira dos Anjos**: "A consulta  
1971 pública é o mínimo que poderíamos fazer já que não foi aprovado praticamente  
1972 nada das outras propostas, é o mínimo que podemos fazer para mostrar a

1973 disparidade da Universidade e o que pensa o corpo universitário dela. Fico  
1974 triste, mas também um pouco feliz porque não esperava uma posição diferente.  
1975 Fez-me lembrar um pouco aquela questão dos senadores biônicos, porque é  
1976 difícil mudar a si mesmo. Penso que é isso que está acontecendo com este  
1977 Conselho. É difícil o próprio Conselho querer mudar a si mesmo. Ele não vai  
1978 mudar a si mesmo, talvez a instância de mudança seja a busca de uma  
1979 emenda na Constituição. Frizo que não estamos defendendo a questão da  
1980 gestão, porque hoje temos na Universidade cargos que são extremamente de  
1981 gestão sendo ocupados por pessoas que não entendem de gestão. O apelo vai  
1982 no sentido do Conselheiro que me antecedeu, de se ter gestão onde deve ter  
1983 gestão e decisão política onde deve ter decisão política, não misturar as  
1984 coisas." Mariana Queen I. Nwabasili: "Vou ser breve porque quero que a  
1985 votação ocorra, assim como todos os presentes. Penso que não devemos ter  
1986 medo dos processos democráticos que avancem. Sabemos que quem teve  
1987 medo disso em 1964, temeu a abertura da política nacional. Temos que fazer  
1988 com que a população consiga se manifestar. Estamos tentando várias coisas  
1989 aqui hoje, a estatuinte não passou, as consultas diretas para Reitor - que os  
1990 alunos estão pedindo lá fora, que é uma consequência de não termos  
1991 conseguido abrir esse diálogo mais amplo - também não passou. Não devemos  
1992 temer a democratização da Universidade, ela representa a melhoria do nosso  
1993 país. Outra coisa que gostaria de falar no sentido de sensibilizar os senhores, é  
1994 que a democratização do processo de votação ou consulta para Reitor já  
1995 aconteceu em outras universidades e temos que ter, a exemplo da UNICAMP,  
1996 como questão possível. É uma Universidade excelente do nosso país, ao lado  
1997 da USP e não podemos desconsiderar que isso está acontecendo também em  
1998 outras universidades importantes. A outra questão, no sentido de sensibilizá-los  
1999 é que se pensarmos que todos nós muitas vezes ficamos insatisfeitos com as  
2000 decisões que são tomadas em nossas Congregações, com as formas como os  
2001 diretores das unidades administram as questões cotidianas, temos que pensar  
2002 por onde essas transformações vão começar. Se queremos diretas ou consulta  
2003 para essas eleições de diretores e para essa eleição de representantes da  
2004 Congregação, temos que pensar por onde isso vai começar. Na perspectiva de  
2005 estudante desta Universidade, só vejo isso começando com a consulta para  
2006 Reitor - que seja -, com eleições diretas para Reitor e com estatuinte. Temos

2007 que vislumbrar isto em um ângulo maior para chegar em um menor, que é o  
2008 nosso cotidiano nas unidades. Acho que muitos dos professores, como alunos  
2009 e funcionários estão insatisfeitos nas suas unidades e se não fizermos essa  
2010 mudança aqui, o mínimo também não vai mudar. E temos que lembrar que a  
2011 democracia está nas outras instâncias de poder do país. Não temos que temer  
2012 a consulta, isso não nos trará problema, mas elucidação política, pois aqui é o  
2013 lugar de conhecimento e elucidação. Não tem que se temer o que o povo acha,  
2014 o que pensa o resto da universidade." **M. Reitor**: "O 'sim' aprova a consulta à  
2015 comunidade, o 'não' não aprova a consulta e, com maioria simples, 60 votos,  
2016 poderá ser aprovada." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação a proposta de  
2017 consulta à comunidade. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte  
2018 resultado: Sim = 64 (sessenta e quatro) votos; Não = 33 (trinta e três) votos;  
2019 Abstenções = 2 (duas); Total de votantes = 99 (noventa e nove). É aprovada a  
2020 proposta de consulta à comunidade. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos**  
2021 **Monaco**: "Há uma proposta da FFLCH, no sentido de ponderar os votos das  
2022 três votações, que seriam realizadas em separado - docentes, servidores e  
2023 alunos -, ponderando-as em uma proporção 70%, 15% e 15%. Seria a  
2024 ponderação dos votos, considerando os que participaram da votação." **Cons.**  
2025 **Sérgio França Adorno de Abreu**: "Na proposta dos diretores foi aprovada a  
2026 consulta indicativa extratificada por categoria, mas não houve ponderação. A  
2027 proposta que a Congregação da FFLCH aprovou é uma espécie de emenda à  
2028 proposta dos diretores. Ela propõe, primeiro, que o voto seja equalizado em  
2029 função do tamanho das categorias. Temos um número muito maior de alunos,  
2030 menor de funcionários e um número ainda menor de professores. A ideia é que  
2031 possamos, em relação aos docentes, ter a proporção de quanto vale cada voto  
2032 de alunos e funcionários em relação aos docentes. Feito isso, aplicar a  
2033 ponderação no máximo com 70% para a categoria docente e, no mínimo, 15%  
2034 para funcionários e discentes. É uma ideia para que essa consulta possa  
2035 refletir, de alguma maneira, a proporcionalidade da participação de cada  
2036 categoria e ela depende da mobilização das categorias, quero dizer, quem se  
2037 mobilizar melhor vai ter mais votos e terá maior expressão, quem se mobilizar  
2038 pouco se expressará em menor proporção." **Cons. Alejandro Szanto de**  
2039 **Toledo**: "Não vejo coerência entre fazer uma consulta e extratificá-la. A  
2040 consulta que foi aprovada será por categoria. Cada pessoa ou cada associação

2041 pode fazer a contabilidade que quiser, é uma consulta por categoria, a  
2042 informação que nós queremos, o uso que vai ser feito, acho que extratificá-la já  
2043 pressupõe um uso. Penso que a consulta foi aprovada e ela deve ser feita por  
2044 categoria." **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: "Esclareço que o  
2045 voto 'sim' significa a inclusão de um parágrafo único no artigo 2º da minuta  
2046 apresentada pela FE e pelo IAU, ponderando os resultados das três consultas,  
2047 transformando portanto o resultado em uma única lista. O 'não' significa a não  
2048 inclusão desse parágrafo único, de modo que teremos três resultados - um dos  
2049 docentes, um dos servidores e um dos alunos." **M. Reitor**: "Portanto, o 'sim'  
2050 significa incluir a ponderação, se não tiver 60 votos sim não haverá a  
2051 ponderação, simplesmente haverá a informação de quantos votos a chapa teve  
2052 por categoria." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação. **Votação**. Pelo painel  
2053 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 19 (dezenove) votos; Não = 81  
2054 (oitenta e um) votos; Abstenções = 1 (uma); Total de votantes = 101 (cento e  
2055 um). **A proposta é rejeitada.** **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**:  
2056 "Com esse resultado de votação, o item 12.3 do parecer fica prejudicado e  
2057 passamos ao item 13, que é a proposta de uma nova resolução, segundo a  
2058 qual no primeiro Conselho Universitário de 2014, mediante propostas das  
2059 Unidades protocoladas até 10 dias antes da sessão, seria estabelecido um  
2060 calendário de discussões destes temas relativos à estrutura de poder." **Cons.**  
2061 **Tomás Costa de Azevedo Marques**: "Gostaria de um esclarecimento sobre o  
2062 que foi aprovado na votação passada. Aprovamos uma consulta sem  
2063 ponderação, é isso?" **M. Reitor**: "Aprovamos uma consulta, que será feita por  
2064 categoria, mas não se faz uma consulta para dizer quem ganhou no  
2065 ponderado." **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: "A Comissão  
2066 Eleitoral proclamará três resultados." **Cons. Tomás Costa de Azevedo**  
2067 **Marques**: "No meu entendimento sobre consulta, seria uma consulta à  
2068 comunidade da Universidade, mas me parece, pela explicação encaminhada,  
2069 que serão três consultas, uma para cada categoria." **M. Reitor**: "É uma  
2070 consulta com três resultados." **Cons. Tomás Costa de Azevedo Marques**:  
2071 "Então, é uma consulta para cada categoria." **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de**  
2072 **Campos Monaco**: "Que ocorrerão no mesmo dia, no mesmo horário." **Cons.<sup>a</sup>**  
2073 **Mariana Queen I. Nwabasili**: "Com relação a ser uma consulta por categoria,  
2074 porque fica inviabilizado o item 12.3?" **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos**

2075 **Monaco**: "Porque não vamos ter um resultado, teremos três." **Cons.ª Mariana**  
2076 **Queen I. Nwabasili**: "Mas fica o resultado dos mais votados, obviamente. Se  
2077 forem três chapas, por exemplo, teremos os mais votados, somam os votos  
2078 das categorias e teremos o resultado do mais votado, e isso considerando que  
2079 cada candidato terá um perfil também, porque as categorias vão corresponder  
2080 a isso. O item 12.3 não fica inviabilizado nesse sentido." **M. Reitor**: "Segundo o  
2081 que diz a Conselheira, aquele que ganhar estará incluso na lista tríplice  
2082 automaticamente. Sei que ainda não foi votado esse item, mas se for aprovado,  
2083 sugiro que votemos, de forma que não ficaria essa questão para decisão da  
2084 mesa ou de quem quer que seja." **Cons.ª Mariana Queen I. Nwabasili**: "Como  
2085 cada categoria irá votar, cada candidato terá o seu perfil - sei que hoje não  
2086 existe época de candidatura - e cada categoria vai votar seguindo o perfil de  
2087 cada candidato, de forma que cada categoria vai votar mais em um do que em  
2088 outros, enfim, as pessoas terão mais ou menos votos de acordo com a  
2089 categoria. Como será a Universidade que fará a consulta, pode ser  
2090 encaminhado considerando quem teve mais voto, isso dá para fazer." **M.**  
2091 **Reitor**: "Na dúvida podemos resolver isso com a votação." **Cons. Adrián**  
2092 **Pablo Fanjul**: "Esclareço que essa proposta teve origem na ADUSP e, pelo  
2093 que sei, ela pressupõe que haja um ganhador. Para que haja um ganhador tem  
2094 que se estabelecer quanto se pondera o voto de cada categoria. Por isso  
2095 entendi que ficou prejudicada com a não aceitação da proposta da FFLCH.  
2096 Porém, se isso não ficou claro para a maioria dos conselheiros, penso que  
2097 poderíamos colocar em votação, estabelecendo que se aprovada, depois se  
2098 decide qual será a ponderação." **Secretário Geral**: "Essa proposta já foi  
2099 superada." **Cons. Adrián Pablo Fanjul**: "Pergunto se foi quando se reprovou a  
2100 proposta da FFLCH - quando todos os conselheiros estavam esclarecidos que  
2101 também ficava prejudicada essa proposta, pelo fato de que se estava  
2102 rejeitando a ponderação." **M. Reitor**: "Pergunto se gostariam de estancar essa  
2103 dúvida definitivamente." A resposta dos Conselheiros foi negativa. **M. Reitor**:  
2104 "Sendo negativa a resposta, poderia dizer que a maioria achou que não seria o  
2105 caso, que não é lógico. Constará da Ata que houve uma manifestação verbal  
2106 da maioria nesse sentido." **Prof. Dr. Gustavo Ferraz Campos Monaco**:  
2107 "Passaremos ao calendário de discussões." **Cons. Flávio Ulhoa Coelho**: "Na  
2108 proposta do IAU, esse prazo de 10 dias antes da primeira reunião do Co é em

2109 relação às propostas de calendário ou à propostas já de modificações?" **Prof.**  
2110 **Dr. Gustavo Ferraz Campos Monaco**: "Entendo que se trata de proposta de  
2111 calendários. A proposta de resolução diz que as Unidades têm que mandar  
2112 datas, sugerindo reuniões para discussão deste tema." O M. Reitor solicita  
2113 mais explicações sobre a proposta. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz Campos**  
2114 **Monaco**: "Pela resolução, entendo da seguinte maneira: o próximo Reitor ou  
2115 Reitora convocará o primeiro Conselho Universitário de 2014 e fixará um prazo  
2116 de 10 dias antes para que as unidades encaminhem propostas de datas em  
2117 que o Co se reuniria para discutir o tema 'estrutura de poder'." **Cons.<sup>a</sup> Lisete**  
2118 **Regina Gomes Arelaro**: "Como é a última votação do dia, lembro que este  
2119 também foi um pronunciamento nosso, reconhecendo que de uma certa forma,  
2120 somos co-responsáveis, na medida em que não nos mobilizamos antes para  
2121 que não acontecesse discussões temáticas nesse Conselho Universitário.  
2122 Estamos dividindo esta responsabilidade entre todos nós e assumindo que de  
2123 agora em diante seremos co-responsáveis para que o inverso aconteça, ou  
2124 seja, que em 2014, a partir de um calendário que as unidades, tendo discutido,  
2125 achem viável que haja uma reunião por mês ou a cada 45 dias, e o Co pautará  
2126 para o próximo Reitor, que ele gostando ou não, a discussão sobre  
2127 democratização da USP está definida nesta reunião histórica do dia 1º de  
2128 outubro de 2013." **Cons. José Otávio Costa Auler Júnior**: "Entendo que cabe  
2129 à próxima gestão fixar as pautas para discussão do Conselho Universitário e,  
2130 certamente, isso entrará na pauta, mas pré-fixar o assunto não convém, pois  
2131 nem sabemos quando será a próxima reunião." **M. Reitor**: "O 'sim' significa a  
2132 fixação de um calendário prévio, o 'não' não se aprova esse calendário prévio.  
2133 Se tivermos 60 votos, o calendário será obrigatório, se não tivermos, o  
2134 calendário não será obrigatório, o que não significa que esse assunto não será  
2135 tratado e que não haverá outros meios de pressão sem essa determinação  
2136 prévia." Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca a proposta do calendário prévio em  
2137 votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim =  
2138 72 (setenta e dois); Não = 26 (vinte e seis); Abstenções = 2 (duas); Total de  
2139 votantes = 100 (cem). A proposta de fixação de um calendário prévio é  
2140 aprovada. **M. Reitor**: "Em nome da Universidade agradeço a todos." Nada mais  
2141 havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 18h30.  
2142 Do que, para constar, eu,  Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário



2143 Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos  
2144 Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e  
2145 por mim assinada. São Paulo, 1º de outubro de 2013.